

26 JAN 16 943813

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA LET'S RENT A CAR S.A.

entre

LET'S RENT A CAR S.A.
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

e, na qualidade de fiadores,

**RODOVIÁRIO MORADA DO SOL LTDA.
MORADA PARTICIPAÇÕES LTDA.
AGROPECUÁRIA GUAICÁ LTDA.
SÉRGIO SARTI MAGNANI
RENATO SARTI MAGNANI
L'S RENTALS PARTICIPAÇÕES S.A.
SALUTE LOCAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA.
VALORIZA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.
HMA PARTICIPAÇÕES S.A.
MPG PARTICIPAÇÕES LTDA.
LUIZ OTÁVIO PÔSSAS GONÇALVES
JOSÉ FRANCISCO RECODER GONÇALVES**

e, na qualidade de coobrigadas,

**MARIA EUGÊNIA SARTI MAGNANI TAVARES
MARIA TERESA MAGNANI HAGE**

e, na qualidade de intervenientes anuentes,
**MARIA DEL CARMEN MOLINA MAGNANI
TERESA CRISTINA RECODER GONÇALVES
LAURA NEIVA GONÇALVES**

Datado de
18 de janeiro de 2016



Custas R\$
Total 1196,97



Emi 854,13-Fatj 174,07-8ºD 33,40-Mm 13,28-Ac 0,26-Fundperj 41,87-Funperj
Módulo pen 33,50-Registrado microfilmado e digitalizado em 28/01/16

DA#9525214 v51

26 JAN 16

943813

REGISTRAR DE MONTESILVADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

ÍNDICE

1. Autorização	4
2. Requisitos	5
3. Objeto Social da Emissora	6
4. Destinação dos Recursos	6
5. Características da Emissão e da Oferta Restrita	7
6. Características das Debêntures	9
7. Obrigações Adicionais da Emissora, dos Fiadores e das Coobrigadas	36
8. Agente Fiduciário	42
9. Assembleia Geral de Debenturistas	49
10. Declarações da Emissora, dos Fiadores e das Coobrigadas	50
11. Renúncia	55
12. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica	55
13. Alterações	55
14. Disposições Gerais	55
15. Lei Aplicável e Foro	57

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
26 JAN 16 943813

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA LET'S RENT A CAR S.A.

Pelo presente instrumento particular:

Na qualidade de companhia emissora das Debêntures (conforme definido abaixo),

1. **LET'S RENT A CAR S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 00.873.894/0001-24, inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE 35.300.456.319, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Emissora"); e

Na qualidade de agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo), representando a comunhão dos titulares das Debêntures, conforme definido abaixo ("Debenturistas"),

2. **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento, na qualidade de agente fiduciário da Emissão e nela interveniente (o "Agente Fiduciário"), representando os Debenturistas da Emissão.

Na qualidade de fiadores (em conjunto, "Fiadores"),

3. **RODOVIÁRIO MORADA DO SOL LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, Bairro Jardim Arco Íris, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.954.460/0001-61, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Rodoviário Morada");
4. **MORADA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.311.221/0001-02, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Morada Participações");

26 JAN 16 943813

5. **AGROPECUÁRIA GUAICÁ LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2885, Parte, Bairro Jardim Arco Íris, na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.123.422/0001-54, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Agropecuária Guaicá") e, em conjunto com Rodoviário Morada, e com a Morada Participações "Sociedades do Grupo Morada";
6. **SÉRGIO SARTI MAGNANI**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens com Maria del Carmen Molina Magnani, zootecnista, portador da carteira de identidade nº 9.346.490-3, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 105.318.208-23, com endereço comercial na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris ("Sérgio");
7. **RENATO SARTI MAGNANI**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 9.149.865-X, inscrito no CPF/MF sob o nº 081.658.798-12, com endereço comercial na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris ("Renato");
8. **L'S RENTALS PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, parte, Bairro Jardim Arco Íris, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.613.758/0001-09, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("L'S Rentals");
9. **SALUTE LOCAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Silviano Brandão, nº 685-B, Bairro Sagrada Família, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.466.147/0001-95, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Salute Locação");
10. **VALORIZA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Presidente Carlos Luz, nº 468, sala 03, Bairro Caiçaras, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.163.020/0001-05, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Valoriza Locadora" e, em conjunto com L'S Rentals, a Salute Locação e a Emissora, "Sociedades Locadoras");
11. **HMA PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Silviano Brandão, nº 685, letra A, Bairro Sagrada Família, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.730.053/0001-09, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("HMA Participações");

26 JAN 16 943813

12. **MPG PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 550, sala 1905 (parte), Ipanema, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.705.405/0001-86, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("MPG Participações");
13. **LUIZ OTÁVIO PÔSSAS GONÇALVES**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens com Teresa Cristina Recoder Gonçalves, empresário, portador da carteira de identidade nº M-192.899, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.659.436-00, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Roberto Alvarenga de Paula, nº 505, Bairro Mangabeiras ("Luiz Otávio"); e
14. **JOSÉ FRANCISCO RECODER GONÇALVES**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com Laura Neiva Gonçalves, empresário, portador da carteira de identidade nº M-6.592.667, inscrito no CPF/MF sob o nº 907.531.516-34, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Elza Brandão Rodarte, nº 416, apartamento 1.600, Bairro Belvedere ("José Francisco").

Na qualidade de coobrigadas (em conjunto, "Coobrigadas"),

15. **MARIA EUGÊNIA SARTI MAGNANI TAVARES**, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade nº 7.488.377-X, inscrita no CPF/MF sob o nº 034.768.148-40, com endereço comercial na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris ("Maria Eugênia"); e
16. **MARIA TERESA MAGNANI HAGE**, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade nº 7.488.372-0, inscrita no CPF/MF sob o nº 041.893.438-03, com endereço comercial na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris ("Maria Teresa" e, em conjunto com Sérgio, Renato e Maria Eugênia, "Acionistas Controladores");

E, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes,

17. **MARIA DEL CARMEN MOLINA MAGNANI**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial com Sérgio Sarti Magnani, empresária, portadora da carteira de identidade nº 8.545.222-1, inscrita no CPF/MF sob o nº 145.520.018-25, com endereço comercial na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris ("Maria Del Carmen");
18. **TERESA CRISTINA RECODER GONÇALVES**, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens com Luiz Otávio, portadora da carteira de identidade nº MG-222.659, inscrita no CPF/MF sob o nº 943.438.886-49, residente e domiciliada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Roberto Alvarenga de Paula, nº 505, Bairro Mangabeiras ("Teresa Cristina"); e

26 JAN 16 943813

19. **LAURA NEIVA GONÇALVES**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens com José Francisco, portadora da carteira de identidade nº MG-5.389.870, inscrita no CPF/MF sob o nº 033.421.376-22, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Elza Brandão Rodarte, nº 416, apartamento 1.600, Bairro Belvedere ("Laura"),


(a Emissora, o Agente Fiduciário, os Fiadores e as Coobrigadas doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte")



vêm, por meio deste e na melhor forma de direito, firmar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Let's Rent a Car S.A.*" ("Escritura de Emissão"), de acordo com os termos e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão (conforme indicado no Anexo I a presente Escritura de Emissão), ainda que posteriormente ao seu uso.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A 3ª (terceira) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente), é realizada com base na assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 28 de dezembro de 2015 ("AGE da Emissão"), que aprovou os termos e condições da Emissão e da Oferta Restrita, bem como a constituição das Garantias Reais (conforme abaixo definido) prestadas pela Emissora.

1.2 A Fiança (conforme abaixo definido), prestada pelos Fiadores nos termos da Cláusula 6.8. da presente Escritura de Emissão, foi aprovada com base nas seguintes deliberações societárias ("Atos Societários da Garantia Fidejussória"): 

- I. Reunião de Sócios da Rodoviário Morada realizada em 28 de dezembro de 2015, por meio da qual foi deliberada a aprovação da prestação de Fiança;
- II. Reunião de Sócios da Morada Participações realizada em 28 de dezembro de 2015, por meio da qual foi deliberada a aprovação da prestação de Fiança; 
- III. Reunião de Sócios da Agropecuária Guaicá realizada em 28 de dezembro de 2015, por meio da qual foi deliberada a aprovação da prestação de Fiança; 

26 JAN 16 943813

- IV. Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da HMA Participações realizada em 28 de dezembro de 2015, por meio da qual foi deliberada a aprovação da prestação de Fiança;
- V. Reunião de Sócios da MPG Participações realizada em 28 de dezembro de 2015, por meio da qual foi deliberada a aprovação da prestação de Fiança.

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão e a Oferta Restrita serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

- I. *Arquivamento e publicação da ata da AGE da Emissão.* A ata da AGE da Emissão será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", nos termos do inciso I do *artigo 62* da Lei das Sociedades por Ações;
- II. *Inscrição e registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos na JUCESP.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, conforme aplicável, serão inscritos na JUCESP, nos termos do inciso II e do parágrafo 3º do *artigo 62* da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora enviar ao Agente Fiduciário uma via original desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos devidamente inscritos na JUCESP tempestivamente após a obtenção da referida inscrição.
- III. *Registro para distribuição, negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
- IV. *Dispensa de registro na CVM e registro na ANBIMA.* A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada. Adicionalmente, por se tratar de distribuição pública, com esforços restritos, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" em vigor, exclusivamente para fins de envio de

REGISTRO
26 JAN 16 943813

informações para a base de dados da ANBIMA, desde que expedidas, até a data de encerramento da Oferta, diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

- V. *Arquivamento das atas dos Atos Societários da Garantia Fidejussória.* As atas dos Atos Societários da Garantia Fidejussória serão arquivadas nas juntas comerciais competentes.
- VI. *Registro dos Contratos de Garantia Real (conforme abaixo definido).* Os Contratos de Garantia Real serão registrados nos cartórios competentes, nas formas previstas nos referidos Contratos de Garantia Real.
- VII. *Registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos nos cartórios competentes.* Em decorrência da prestação da Fiança pelos Fiadores, esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos (tanto o Aditivo para Convolação, quanto outros, celebrados a qualquer tempo), conforme aplicável, serão registrados, até a Data de Emissão, ou em até 20 (vinte) dias contados do respectivo aditamento, conforme aplicável, nos cartórios de registro de títulos e documentos da Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, devendo a Emissora enviar ao Agente Fiduciário uma via original desta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos devidamente registrados nos cartórios indicados acima tempestivamente, em prazo não superior a 5 (cinco) Dias Úteis após a obtenção do referido registro.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto social a locação de veículos e demais meios de transporte rodoviário, com ou sem motorista, locação de máquinas, equipamentos comerciais, industriais e agrícolas.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 A totalidade dos recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados à reestruturação do endividamento da Emissora, na seguinte ordem: (i) resgate antecipado da totalidade das debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da 2ª emissão da Emissora ("2ª Emissão" e "Resgate da 2ª Emissão", respectivamente); (ii) resgate antecipado parcial ou total das debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da 1ª emissão da Emissora ("1ª Emissão" e "Resgate da 1ª Emissão", respectivamente) (1ª Emissão, em conjunto com a 2ª Emissão, as "Emissões Anteriores"), observados os termos e condições nela estabelecidos; e (iii) caso as debêntures da 1ª Emissão sejam totalmente resgatadas, à reestruturação do endividamento da Emissora mediante a quitação de dívidas a critério da Emissora.

4.1.1 A possibilidade de Resgate da 2ª Emissão e Resgate da 1ª Emissão serão objeto de deliberação pelos respectivos debenturistas, por meio de assembleia geral de debenturistas.

26 JAN 16 94.3813

4.2 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão depositados em conta corrente não movimentável pela Emissora, a ser mantida junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de banco custodiante ("Banco Custodiante" e "Conta Vinculada 1", respectivamente), os quais serão cedidos fiduciariamente em garantia às Debêntures, nos termos da cláusula 6.7. (IV), abaixo.

5. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA RESTRITA

5.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

5.2 *Valor total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), observado o Montante Mínimo (abaixo definido).

5.3 *Quantidade.* Serão emitidas 10.500 (dez mil e quinhentas) Debêntures, observado o Montante Mínimo (abaixo definido).

5.4 *Séries.* A Emissão será realizada em 1 (uma) única série.

5.5 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", entre os quais a instituição intermediária líder da Oferta, "Coordenador Líder"), sob os regimes de: (i) garantia firme de colocação de 9.000 (nove mil) Debêntures, representando o montante de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) de forma não solidária entre os Coordenadores; e (ii) melhores esforços de colocação de 1.500 (mil e quinhentas) Debêntures representando o montante de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

5.5.1 O relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores estará disciplinado por meio do "*Contrato de Coordenação, Estruturação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob Regime Misto de Garantia Firme e de Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Terceira Emissão da Let's Rent a Car S.A.*" ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores.

5.5.2 Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de início de distribuição das Debêntures, observado o disposto no artigo 7-A e no parágrafo segundo do artigo 8º da Instrução CVM 476.

5.5.3 Nos termos do artigo 5-A da Instrução CVM 476, será admitida a colocação parcial de Debêntures, observada a colocação de, no mínimo, 9.000 (nove mil) Debêntures, equivalentes a R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definição abaixo) ("Montante Mínimo"), as quais serão objeto de garantia firme de colocação prestada pelos Coordenadores.

ACORDO DE
26 JAN 16 943813

- 5.5.4 As Debêntures que não forem colocadas serão canceladas pela Emissora, sendo certo que o volume final da emissão, bem como a quantidade debêntures efetivamente colocadas serão refletidas no Aditamento para Convolação (abaixo definido).
- 5.5.5 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP, sendo certo que os montantes recebidos pelos Coordenadores em razão do pagamento, pelos Debenturistas, do Preço de Subscrição (conforme abaixo definido) das Debêntures serão repassados à Emissora mediante transferência para a Conta Vinculada 1.
- 5.5.6 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo exclusivamente Investidores Profissionais (abaixo definido).
- 5.5.7 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores e as demais instituições intermediárias que eventualmente venham a participar da Oferta Restrita poderão acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.
- 5.5.8 Para fins da Oferta Restrita, serão considerados, nos termos da Instrução CVM 539 (abaixo definida) e da Instrução CVM 476:
- (i) “Investidores Profissionais” (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539”); (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e
 - (ii) “Investidores Qualificados”: (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM nº 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores

26 JAN 16 943813

mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

5.5.8.1 Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

5.5.9 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Profissionais assinarão declaração atestando estar cientes, dentre outros, que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; (iii) efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias Reais e da Garantia Fidejussória; e (iv) os Coordenadores e as demais instituições intermediárias que eventualmente venham a participar da Oferta Restrita não prestam qualquer garantia com relação à Emissão e à Oferta Restrita.

5.6 *Banco Liquidante e Escriturador.* O banco liquidante da Emissão e escriturador das Debêntures será o BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira privada, com estabelecimento na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 (*"Banco Liquidante"* e *"Escriturador"*, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador na prestação dos serviços relativos à Emissão e às Debêntures).

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de fevereiro de 2016 (*"Data de Emissão"*).

6.2 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (*"Valor Nominal Unitário"*).

6.3 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

6.4 *Espécie.* As Debêntures são da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, com garantias adicionais real e fidejussória, e serão, posteriormente, convoladas para a espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em conformidade com o disposto nas Cláusulas 6.7.1., 6.7.2. e 6.7.3., abaixo.

6.5 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome dos Debenturistas para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

26 JAN 16

943813

6.6 *Data de Vencimento.* A data de vencimento das Debêntures será 15 de fevereiro de 2019 ("Data de Vencimento").

6.7 *Garantias Reais.* A Emissora e as demais Sociedades do Grupo Morada constituirão, conforme o caso, de forma irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, as garantias reais descritas a seguir, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos instrumentos que formalizam as garantias aqui descritas, que compreendem a dívida principal, juros e todos os seus acessórios, aqui e ali previstos, inclusive, sem limitação, o quanto segue (ficando desde já estabelecido que, para os fins aqui previstos, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação): (i) saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, (ii) a Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização, ou Data de Pagamento da Remuneração (abaixo definida) imediatamente anterior; (iii) multa convencional e quaisquer outros acréscimos; (iv) eventuais despesas efetuadas pelo Agente Fiduciário, bem como a remuneração deste; e (v) os encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, indenizações, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas, ou pelos próprios Debenturistas, independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber ("Obrigações") (em conjunto, "Garantias Reais");

I. Alienação fiduciária de imóveis: alienação fiduciária dos seguintes imóveis, todos de propriedade da Agropecuária Guaicá:

- (a) imóvel objeto da matrícula nº 8.232, complementada pela matrícula de nº 1.762 do Registro de Imóveis de Caçu, Estado de Goiás, com valor de liquidação forçada correspondente à, no mínimo, R\$8.448.798,00 (oito milhões e quatrocentos e quarenta e oito mil e setecentos e noventa e oito reais), conforme laudo de avaliação constante do respectivo instrumento de Garantia Real;
- (b) imóvel objeto da matrícula nº 38.200, complementada pela matrícula de nº 18.249, do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Araraquara, Estado de São Paulo, com valor de liquidação forçada correspondente à, no mínimo, R\$5.963.000,00 (cinco milhões e novecentos e sessenta e três mil reais), conforme laudo de avaliação constante do respectivo instrumento de Garantia Real;
- (c) imóvel objeto da matrícula nº 82.685 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Araraquara, Estado de São Paulo, com valor de liquidação forçada correspondente à, no mínimo, R\$4.986.000,00 (quatro milhões e novecentos e oitenta e seis mil reais), conforme laudo de avaliação constante do respectivo instrumento de Garantia Real; e
- (d) imóvel objeto da matrícula nº 96.371 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Araraquara, Estado de São Paulo, com valor de liquidação forçada correspondente à, no mínimo, R\$4.513.000,00 (quatro milhões e quinhentos e treze mil reais), conforme laudo de avaliação constante do respectivo instrumento de Garantia Real (em conjunto com os demais instrumentos de Garantia Real, "Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis");

26 JAN 16 943813

- II. Alienação fiduciária de imóvel com condição suspensiva: alienação fiduciária, com eficácia sujeita à implementação da Condição Suspensiva n. 1 (conforme abaixo definida), do imóvel objeto da matrícula 1.125 do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Cubatão, Estado de São Paulo, de propriedade da Agropecuária Guaicá, com valor de liquidação forçada correspondente à, no mínimo, R\$13.984.000,00 (treze milhões, novecentos e oitenta e quatro mil reais) ("Imóvel Cubatão" e, em conjunto com os imóveis listados no item I, acima, "Imóveis"), conforme laudo de avaliação elaborado por determinadas empresa avaliadora, nos termos e condições a serem descritos no respectivo instrumento de constituição de garantia real ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel sob Condição Suspensiva");
- III. Alienação fiduciária de veículos: alienação fiduciária de veículos de propriedade das Sociedades Locadoras ("Veículos"), sendo que, para parte dos veículos, a alienação fiduciária terá eficácia sujeita à implementação da Condição Suspensiva n.1 e/ou da Condição Suspensiva n.2 (conforme abaixo definido), conforme descrito e de acordo com os termos e condições a serem descritos no respectivo instrumento de constituição de garantia real ("Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos");
- IV. Cessão Fiduciária: conforme prevista no respectivo instrumento de constituição de garantia real, cessão fiduciária incidente sobre os seguintes bens e direitos ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, em conjunto com os Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis, Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel sob Condição Suspensiva e o Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos, "Contratos de Garantia Real"):
- (a) determinados direitos creditórios, principais e acessórios, presentes e futuros, de titularidade da Emissora decorrentes da prestação de serviços da Emissora a determinados clientes ("Cientes" e "Direitos Creditórios", respectivamente), os quais deverão ser creditados em conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco Custodiante ("Conta Vinculada 2"), nos termos e condições a serem descritos no Contrato de Cessão Fiduciária, que imporá, à Emissora, dentre outras, enquanto não liquidadas as Obrigações, a manutenção de fluxo mínimo mensal de R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) ("Fluxo-Cientes");
 - (b) a totalidade dos recursos existentes, recebidos e que vierem a ser recebidos, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, na Conta Vinculada 2, em que (I) deverá ser mantido o fluxo mínimo mensal de R\$2.250.000,00 (dois milhões duzentos e cinquenta mil reais), excluído deste fluxo mínimo o Fluxo-Cientes ("Fluxo-Conta", e em conjunto com o Fluxo-Cientes, "Fluxo Mínimo"), sendo certo que a somatória do Fluxo-Cientes e do Fluxo-Conta deverá resultar em, no mínimo, R\$3.000.000,00 (três milhões de reais mensais), e (II) deverão ser depositados os Direitos Creditórios, nos termos e condições a serem descritos no Contrato de Cessão Fiduciária, sendo que a Conta Vinculada 2 será cedida com eficácia sujeita à implementação da Condição Suspensiva n.2; e

26 JAN 16 943813

- (c) a totalidade dos recursos existentes, recebidos e que vierem a ser recebidos, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, na Conta Vinculada 1, incluindo, caso haja aplicação, de certificados de depósitos bancários ("CDB") adquiridos pela Emissora com recursos que eventualmente venham a ser depositados na Conta Vinculada 1.

6.7.1 Observados os termos e condições estabelecidos nos Contratos de Garantia Real, a soma do: (i) valor de venda dos Veículos listados no Anexo II do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos, os quais encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames ("Veículos Livres") alienados fiduciariamente em garantia das Debêntures, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos; (ii) valor de liquidação forçada dos Imóveis, conforme indicado nos respectivos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis e/ou Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel sob Condição Suspensiva, considerados em conjunto, e (iii) valor depositado na Conta Vinculada 1, o qual deverá ser aplicado na forma prevista no Contrato de Cessão Fiduciária, deverá corresponder a, pelo menos, 100% (cem por cento) do montante das Obrigações ("Limite Mínimo Global");

6.7.1.1 Observada a Cláusula 6.7.1.2., abaixo, durante o prazo de vigência das Debêntures, o Limite Mínimo Global deverá ser composto, no mínimo, por:

- (1) Imóveis, em valor equivalente a R\$37.894.798,00 (trinta e sete milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, setecentos e noventa e oito reais), considerando, para o cálculo, o valor somado de liquidação forçada dos Imóveis, conforme laudos de avaliação elaborados por determinadas empresas avaliadoras e anexados aos respectivos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis; e
- (2) Veículos Livres e/ou aplicações financeiras de liquidação imediata na Conta Vinculada 1 (*cash collateral*), em valor equivalente ao restante que for necessário para se atingir o Limite Mínimo Global.

6.7.1.2 Até a verificação do implemento da Condição Suspensiva n. 1, o Limite Mínimo Global deverá ser composto por:

- (1) Imóveis, em valor equivalente a R\$23.910.798,00 (vinte e três milhões, novecentos e dez mil e setecentos e noventa e oito reais), considerando, para o cálculo, o valor somado de liquidação forçada dos Imóveis, conforme laudos de avaliação elaborados por determinadas empresas avaliadoras e anexados aos respectivos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis; e
- (2) Veículos Livres e/ou aplicações financeiras de liquidação imediata na Conta Vinculada 1 (*cash collateral*), em valor equivalente ao restante que for necessário para se atingir o Limite Mínimo Global.

6.7.1.3 Caso, a qualquer momento durante a vigência das Debêntures, seja verificado que o Limite Mínimo Global foi excedido, e desde que o Agente Fiduciário não tenha ciência da ocorrência de um inadimplemento no âmbito das Debêntures ou Evento de Vencimento Antecipado, a Emissora poderá optar pela liberação parcial das Garantias Reais, em montante equivalente ao valor efetivamente

26 JAN 16 943813

excedido, observado que (i) Imóveis poderão ser liberados somente após a liberação de todos os demais bens objeto das Garantias Reais, mediante a liberação integral de uma ou mais matrículas, sendo vedada a liberação parcial de uma matrícula; (ii) as liberações de ativos ocorrerão nos termos previstos nos Contratos de Garantia Real; (iii) tal liberação não poderá resultar na ocorrência de qualquer inadimplemento no âmbito das Debêntures ou de qualquer Evento de Vencimento Antecipado; e (iv) a Emissora deverá apresentar declaração ao Agente Fiduciário, no momento da liberação de Imóveis, afirmando não estar em curso inadimplemento no âmbito das Debêntures ou Evento de Vencimento Antecipado.

6.7.2 Nos termos do artigo 125 do Código Civil, a eficácia da:

- I. alienação fiduciária de imóvel, referida na Cláusula 6.7 (II), acima, está sujeita ao resgate antecipado total ou parcial, conforme o caso, da 1ª Emissão (sendo referido resgate a "Condição Suspensiva n. 1") e a consequente liberação do Imóvel Cubatão;
- II. alienação fiduciária de parte dos veículos, referida na Cláusula 6.7 (III), acima, está sujeita ao resgate antecipado total da 2ª Emissão (sendo o referido resgate a "Condição Suspensiva n. 2", e em conjunto com a Condição Suspensiva n. 1, "Condições Suspensivas") e à implementação da Condição Suspensiva n. 1; e
- III. cessão fiduciária da totalidade dos recursos existentes, recebidos e que vierem a ser recebidos, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária da Conta Vinculada 2, referida na Cláusula 6.7(IV), acima, está sujeita à Condição Suspensiva n. 2.

6.7.2.1 A liberação das garantias mencionadas no item I da Cláusula 6.7.2., acima, se dará por meio de assinatura, pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares de debêntures da 1ª Emissão de: (i) "Termo de Liberação de Garantias", na forma substancialmente prevista no Anexo IV-A a esta Escritura de Emissão, caso ocorra o resgate antecipado parcial das debêntures da 1ª Emissão; ou (ii) "Termo de Quitação", na forma substancialmente prevista no Anexo IV-B a esta Escritura de Emissão, caso ocorra o resgate antecipado total das debêntures da 1ª Emissão. A liberação do Imóvel Cubatão mencionada no item I da Cláusula 6.7.2., acima, em razão da implementação da Condição Suspensiva n. 1, se dará com base no cálculo no limite mínimo global da 1ª Emissão previsto no "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças nº CSBRA20131200302*" celebrado em 23 de novembro de 2013, no âmbito da 1ª Emissão, conforme alterado bem como na escritura da 1ª Emissão. A desoneração de parte dos veículos mencionadas no item II da Cláusula 6.7.2., acima, em razão da implementação da Condição Suspensiva n. 1, se dará com base no cálculo do limite mínimo global da 1ª Emissão, observados os termos e condições previstos no "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Veículos em Garantia nº CSBRA20131000154*" celebrado em 25 de novembro de 2013, no âmbito da 1ª Emissão, conforme alterado, bem como da escritura da 1ª Emissão.

6.7.2.2 A liberação das garantias objeto da 2ª Emissão, em razão da implementação da Condição Suspensiva n. 2, se dará por meio de assinatura, pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares de debêntures da 2ª Emissão, de "Termo

REGISTRO DE
5º OFÍCIO
26 JAN 16 943813

de Quitação", na forma substancialmente prevista no Anexo IV-B a esta Escritura de Emissão.

6.7.3 Com relação às Condições Suspensivas:

- I. a Condição Suspensiva n.1 deverá ser atendida em até 10 (dez) Dias Úteis, contados da Data de Integralização (inclusive), sob pena de caracterização de um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos do item VIII da Cláusula 6.24, desta Escritura de Emissão;
- II. a Condição Suspensiva n.2 deverá ser atendida em até 1 (um) Dia Útil, contado da Data de Integralização (exclusive), sob pena de caracterização de um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos do item VIII da Cláusula 6.24, desta Escritura de Emissão; e
- III. uma vez atendidas, implicarão: (i) na plena eficácia das garantias a elas sujeitas, nos termos dos respectivos contratos de garantia sob condição suspensiva mencionados nesta Cláusula 6.7., sem a necessidade de aditamento aos Contratos de Garantia Real; e (ii) na convalidação da espécie das Debêntures em com garantia real, nos termos a serem estabelecidos em aditamento a esta Escritura de Emissão, conforme modelo constante do Anexo III a esta Escritura de Emissão ("Aditamento para Convalidação").

6.7.4 Fica desde já estabelecido que não será necessária nova aprovação societária pela Emissora ou realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) para a aprovação do Aditamento para Convalidação e consequente convalidação da espécie das Debêntures nos termos da Cláusula 6.7.3., acima.

6.8 *Garantia Fidejussória.* Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, os Fiadores assumem, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadores e principais pagadores das Obrigações, obrigando-se solidariamente entre si e juntamente com a Emissora por todas as Obrigações em conformidade com o artigo 818 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil" e "Fiança", respectivamente, e a Fiança, em conjunto com as Garantias Reais, "Garantias").

6.8.1 A Fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável e compreende a totalidade das Obrigações, independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber.

6.8.2 Assim, respondem os Fiadores, em caso de inadimplemento, total ou parcial, da Emissora, solidariamente e como principais pagadoras de todas e quaisquer obrigações pecuniárias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3 Os Fiadores, neste ato, renunciaram expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 365, 366, 368, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro

26 JAN 16 943813

de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), ou, a partir de sua entrada em vigor, do artigo 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015;

- 6.8.4 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada por qualquer dos Fiadores com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
- 6.8.5 A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.
- 6.8.6 Os valores devidos pelos Fiadores em razão da Fiança deverão ser pagos em até 2 (dois) Dias Úteis após o recebimento, por qualquer dos Fiadores, de notificação por escrito do Agente Fiduciário, renunciando os Fiadores a quaisquer discussões de mérito, ação, disputa, reclamação ou formalidades adicionais de qualquer natureza que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações. A ausência de envio ou recebimento de tal notificação não eximirá a Emissora, nem os Fiadores, de suas obrigações sob esta Escritura de Emissão ou sob a Fiança, conforme o caso.
- 6.8.7 A Fiança prestada pelos Fiadores constitui uma promessa de pagamento válida, exequível e incondicional, devendo os Fiadores cumprir todas as suas obrigações decorrentes desta Fiança sem oposição de qualquer exceção ou objeção, sendo certo, ainda, que, caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada, por qualquer motivo, ilegal, inválida ou ineficaz, todas as demais disposições aqui contidas permanecerão lícitas, válidas e eficazes em relação aos Fiadores.
- 6.8.8 Somente após o integral cumprimento das Obrigações ocorrerá a sub-rogação, pelos Fiadores (conforme aplicável), em todos os direitos, ações, privilégios e garantias do credor primitivo, em relação à dívida da Emissora, sendo certo que cada Fiador obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após o integral cumprimento das Obrigações.
- 6.8.9 Todo e qualquer pagamento realizado por qualquer dos Fiadores em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte e será realizado fora do âmbito da CETIP.
- 6.8.10 A Fiança obriga os Fiadores e seus sucessores, a qualquer título, até a integral liquidação das Debêntures. Os Fiadores não poderão ceder as obrigações decorrentes da Fiança, exceto mediante anuência prévia e expressa de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9ª desta Escritura de Emissão.
- 6.8.11 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão. Para fins do artigo 835 do Código Civil, a Fiança é prestada por prazo determinado, sendo exigível enquanto não liquidadas integralmente todas as Obrigações.

26 JAN 16 943813

6.8.12 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda ou renúncia de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, por quantas vezes for necessário até o cumprimento integral das Obrigações.

6.8.13 As obrigações dos Fiadores aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-los de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

6.8.14 A Sra. Maria Del Carmen, cônjuge do Sr. Sérgio, a Sra. Teresa Cristina, cônjuge do Sr. Luiz Otávio e a Sra. Laura, cônjuge do Sr. José Francisco, autorizam os respectivos cônjuges a prestar a presente Fiança, nos termos do inciso III, do artigo 1.647 do Código Civil.

6.9 *Disposições comuns às Garantias.* Aplicam-se às Garantias as seguintes disposições comuns:

- I. As Garantias Reais ou a Fiança, conforme o caso, poderão ser excutidas, em conjunto ou separadamente, total ou parcialmente, tantas vezes quantas forem necessárias, até integral adimplemento das Obrigações.
- II. a excussão de uma Garantia não ensejará, em hipótese nenhuma, perda da opção de se excutir as demais; e
- III. a Emissora: (i) declara conhecer os termos de cada um dos Contratos de Garantia Real e os Fiadores declaram estar de acordo com as disposições relativas às Garantias Reais previstas nesta Escritura de Emissão; e (ii) comprometem-se a: (1) com eles cumprir; (2) exercer seus direitos de forma a não prejudicar os direitos e prerrogativas dos Debenturistas, o cumprimento integral das Obrigações, as Garantias e seu objeto, e (3) não aprovar e/ou realizar qualquer ato em desacordo com o disposto nesta Escritura e nos Contratos de Garantia Real.

6.10 *Amortização do Valor Nominal Unitário.* O Valor Nominal Unitário será amortizado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 15 de março de 2016 e as demais parcelas no mesmo dia dos meses imediatamente subsequentes até a Data de Vencimento, de acordo com percentuais e datas da tabela constante no Anexo II à presente Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, um "Data de Amortização").

6.11 *Remuneração.* O Valor Nominal Unitário não será atualizado ou corrigido monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e

26 JAN 16 943813

divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* equivalente a 5,10% (cinco inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração");

6.11.1 A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), desde a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (Fator \ de \ Juros - 1)$$

onde:

J: valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe: Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros: Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

FatorDI: produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização (inclusive), até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator \ DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n: número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k: número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até "n";

TDI_k: Taxa DI de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = (DI_k + 1)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

26 JAN 16 943813

DI_k : Taxa DI de ordem “k”, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread: sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde:

Spread: 5,1000%;

DP: número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro.

6.11.1.1 Observações aplicáveis ao cálculo da Remuneração:

- (a) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (b) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (c) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (d) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

6.11.2 O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização (inclusive), e termina na Data de Pagamento da Remuneração do respectivo período (exclusive) (“Período de Capitalização”).

6.11.3 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será utilizada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas cláusulas abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

26 JAN 16 943813

- 6.11.4 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do 11º (décimo primeiro) dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devida qualquer compensação financeira, multa ou penalidade aos Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.
- 6.11.5 Na hipótese prevista na Cláusula 6.11.4 acima, caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora resgatará a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa a ser utilizada para cálculo da Remuneração será equivalente à última Taxa DI divulgada, não sendo devida qualquer compensação financeira, multa ou penalidade aos Debenturistas quando do referido resgate.
- 6.11.6 Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.
- 6.12 *Pagamento da Remuneração.* O pagamento da Remuneração será realizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de março de 2016 e os demais pagamentos devidos no dia 15 dos meses subsequentes até a Data de Vencimento, (cada uma dessas, uma "Data de Pagamento da Remuneração").
- 6.13 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada das Debêntures.
- 6.14 *Subscrição e Integralização.* As Debêntures serão integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição"), à vista, no ato de sua subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, em uma única data, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.
- 6.15 *Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa.* As Debêntures não estarão sujeitas a resgate antecipado facultativo nem a amortização extraordinária facultativa pela Emissora.

26 JAN 16 943813

6.16 *Oferta de Resgate Antecipado.* A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total, das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, a qual deverá ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- I. a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação prévia, com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência ao Agente Fiduciário ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado") e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio aos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.25 abaixo ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (b) o percentual do prêmio de resgate antecipado, se aplicável; (c) a forma e prazo de manifestação, à Emissora, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso II abaixo; (d) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures cujos titulares tenham manifestado sua adesão à Oferta de Resgate Antecipado, em até 5 (cinco) dias contados da data de publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado;
- II. A Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, comunicar ao Agente Fiduciário a respectiva data do evento; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do evento, comunicar ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP a data do Resgate Antecipado.
- III. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, sujeito à aceitação dos debenturistas ("Prêmio de Resgate");

6.17 *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º e incisos I e II, da Lei das Sociedades por Ações: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

26 JAN 16 943813


6.18 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, calculados diariamente desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória não compensatória de 2,0% (dois por cento) ("Encargos Moratórios"), além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

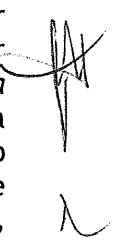
6.19 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP ou, ainda, por meio do Escriurador para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.20 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriados declarados nacionais, sábados ou domingos.

6.21 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* A eventual indisponibilidade dos Debenturistas para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhes dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

6.22 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, ao Escriurador e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária, com exceção do Debenturista que seja fundo de investimento, o qual não precisará enviar qualquer documentação comprobatória de imunidade ou isenção tributária ao Banco Liquidante, ao Escriurador ou à Emissora.

6.23 *Vencimento Antecipado Automático.* O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, além dos Encargos Moratórios e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Vencimento Antecipado Automático"): 

- I. inadimplemento, por parte da Emissora, dos Fiadores e/ou Coobrigadas, com relação ao pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária relativa à Escritura de Emissão, às 

26 JAN 16 943813

Garantias e/ou aos demais documentos relacionados às Debêntures, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil;

- II. inadimplemento, pela Emissora e/ou Sociedade Locadoras, de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral não sujeita a recurso, condenando ou determinando o pagamento de valor, individual ou global, igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- III. (a) dissolução, extinção, requerimento de autofalência ou da própria insolvência, decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou procedimento similar, conforme legislação aplicável, ou adoção de qualquer medida para recuperação extrajudicial e/ou liquidação de qualquer das Sociedades Locadoras, conforme aplicável; ou (b) pedido de falência ou insolvência, ou procedimento similar, conforme legislação aplicável, contra qualquer das Sociedades Locadoras, conforme aplicável não elidido no prazo legal;
- IV. cisão, fusão, incorporação (inclusive de ações) de qualquer das Sociedades Locadoras ou caso qualquer das Sociedades Locadoras constitua qualquer sociedade ou passe a deter participação, direta ou indiretamente, em qualquer sociedade sem a prévia e expressa anuência de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, exceto se: (a) tal operação ocorrer entre as Sociedades Locadoras; (b) a fusão e/ou incorporação (inclusive de ações), ocorrer exclusivamente entre as Sociedades Locadoras e não implicar em mudança de controle societário, direto ou indireto, da Emissora e/ou Fiadores e/ou Coobrigadas e/ou de qualquer das Sociedades do Grupo Morada;
- V. ocorrência de qualquer alteração na composição do quadro de sócios ou acionistas, conforme o caso, de qualquer das Sociedades Locadoras ou qualquer venda, cessão ou outra transferência, direta ou indireta, de ações ou quotas, conforme o caso, do capital social de qualquer das Sociedades Locadoras em qualquer operação isolada, exceto se tal operação for realizada entre os atuais sócios e/ou acionistas, conforme o caso, das Sociedades Locadoras, e não resulte em alteração do controle societário de qualquer das Sociedades Locadoras;
- VI. ocorrência de qualquer série de operações que resultem em que o(s) atual(is) sócio(s) ou acionista(s), conforme o caso, das Sociedades Locadoras e das Sociedades do Grupo Morada deixe(m) de ser o(s) detentor(es) do controle societário, direto ou indireto de cada sociedade, e/ou das demais empresas do mesmo grupo econômico da Emissora, e/ou se ocorrer qualquer operação em que qualquer dos Fiadores deixe sua condição de fiador, sem o prévio consentimento de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9ª desta Escritura de Emissão. Considera-se "controle societário" o estabelecido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- VII. transferência, pela Emissora, Fiadores e/ou Coobrigadas, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto mediante anuência prévia e expressa de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9ª desta Escritura de Emissão;
- VIII. pagamento, pelas Sociedades Locadoras e/ou Sociedades do Grupo Morada e/ou HMA Participações e/ou MPG Participações, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros, em qualquer valor, caso esteja em curso um Evento de Vencimento Antecipado, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório equivalente a, no máximo, 25% (vinte e cinco por

26 JAN 16 943813

cento) do lucro líquido ajustado e apurado, conforme o caso, no respectivo período, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (AL-RJ)

- IX. pagamento, pelas Sociedades Locadoras, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado e apurado, conforme o caso, no respectivo período, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- X. transformação da Emissora em outra forma societária, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XI. alteração ou modificação do objeto social das Sociedades Locadoras, exceto quando referida alteração não resultar em mudança da atividade principal atualmente praticada pela Emissora e/ou do ramo de negócios atualmente explorado pela Emissora, conforme indicado na Cláusula 3.1 desta Escritura de Emissão;
- XII. falecimento, interdição, prisão, incapacidade, insolvência, evento equivalente ou procedimento similar com relação a qualquer Fiador, quando se tratar de pessoa natural, ou Coobrigada, sem a observância dos seguintes prazos e procedimentos: (i) indicação, pela Emissora aos Debenturistas, para que estes tomem ciência do potencial fiador ou coobrigada substituto idôneo, no prazo máximo de 15 dias (quinze) dias, contados da ocorrência de um dos eventos citados no início deste item; (ii) em até 15 (quinze) dias após a indicação pela Emissora do novo fiador e/ou coobrigada, deverá ser convocada Assembleia Geral de Debenturistas pelo Agente Fiduciário para formalização da aceitação ou não, pelos Debenturistas, do novo fiador ou coobrigada apresentado pela Emissora, nos termos da Cláusula 9ª desta Escritura de Emissão, podendo tal processo repetir-se tantas vezes quantas se fizer necessário, observado que o novo fiador e/ou coobrigada deverá ter sido efetivamente substituído em até 60 (sessenta) dias contados da ocorrência de um dos eventos citados no início deste item;
- XIII. declaração de vencimento antecipado de dívidas de qualquer das Sociedades Locadoras e/ou das Sociedades do Grupo Morada, decorrentes de operações financeiras ou no mercado de capitais nacional ou internacional;
- XIV. inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária em dívidas que representem, individualmente ou de forma conjunta, valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme o caso, das Sociedades Locadoras e/ou das Sociedades do Grupo Morada;
- XV. inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária, em dívidas das Sociedades Locadoras e/ou das Sociedades do Grupo Morada, não sanada no prazo de cura previsto nos respectivos instrumentos;
- XVI. descumprimento da destinação dos recursos estabelecida na Cláusula 4ª, acima e o não resgate parcial da 1ª Emissão;
- XVII. se, durante a vigência desta Escritura de Emissão (a) as Sociedades Locadoras dispuserem, transferirem, cederem ou alienarem (ainda que em caráter fiduciário), empenharem ou constituírem qualquer outro ônus ou gravame sobre os bens e direitos objeto das Garantias Reais constituídas no âmbito desta Emissão ou

26 JAN 16 943813

qualquer outra forma de disposição, observados os termos e condições a esse respeito previstos nos Contratos de Garantia Real; ou (b) ocorra confisco sobre os bens objeto das Garantias Reais e não haja o respectivo reforço da garantia, nos termos previstos nos Contratos de Garantia Real;

- XVIII. redução do capital social das Sociedades Locadoras e/ou das Sociedades do Grupo Morada com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, sem a prévia e expressa autorização de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9ª desta Escritura de Emissão;
- XIX. redução de reservas (previstas no patrimônio líquido da Emissora) e/ou envio de qualquer remuneração aos acionistas, exceto pelo disposto nos itens VIII e IX, acima, das Sociedades Locadoras, sem a prévia e expressa autorização de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9ª desta Escritura de Emissão; ou
- XX. redução de reservas (previstas no patrimônio líquido da Emissora), exceto pelo disposto no item VIII, acima, das Sociedades do Grupo Morada, sem a prévia e expressa autorização de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9ª desta Escritura de Emissão.

6.23.1 O Agente Fiduciário deverá, sem prejuízo do caráter automático dos Eventos de Vencimento Antecipado Automático e de qualquer direito dos Debenturistas, notificar a Emissora e exigir o imediato pagamento disposto na Cláusula 6.23., acima.

6.24 *Vencimento Antecipado Não Automático.* O Agente Fiduciário deverá, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de quaisquer dos eventos listados abaixo, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quórum estabelecido na Cláusula 9ª, abaixo (cada evento um "Evento de Vencimento Antecipado Não Automático" e, em conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automático, o(s) "Evento(s) de Vencimento Antecipado"):

- I. (a) dissolução, extinção, requerimento de autofalência ou da própria insolvência, decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou procedimento similar, conforme legislação aplicável, ou adoção de qualquer medida para recuperação extrajudicial e/ou liquidação de qualquer dos Fiadores e/ou Coobrigadas, conforme aplicável, e/ou de qualquer das Sociedades do Grupo Morada; ou (b) pedido de falência ou insolvência, ou procedimento similar, conforme legislação aplicável, contra qualquer dos Fiadores e/ou Coobrigadas, conforme aplicável, e/ou de qualquer das Sociedades do Grupo Morada não elidido no prazo legal;
- II. cisão, fusão, incorporação (inclusive de ações) de um dos Fiadores (exceto (i) pelas Sociedades Locadoras, que sujeitam-se ao disposto no item IV da Cláusula 6.23., acima; e (ii) pela MPG Participações que sujeita-se apenas a hipótese de cisão prevista neste item) ou caso um dos Fiadores constitua qualquer sociedade ou passe a deter participação, direta ou indiretamente, em qualquer sociedade sem a prévia e expressa anuência de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral;

26 JAN 16 943813

- III. ocorrência de qualquer alteração na composição do quadro de acionistas ou sócios dos Fiadores, conforme o caso, (exceto pelas Sociedades Locadoras, que sujeitam-se ao disposto no item V da Cláusula 6.23., acima) e/ou de qualquer das Sociedades do Grupo Morada, ou qualquer venda, cessão ou outra transferência, direta ou indireta, de ações ou quotas, conforme o caso, do capital social de um dos Fiadores (exceto pelas Sociedades Locadoras, que sujeitam-se ao disposto no item V da Cláusula 6.23., acima) e/ou de qualquer das Sociedades do Grupo Morada em qualquer operação isolada;
- IV. declaração de vencimento antecipado de dívidas dos Fiadores (exceto pelas Sociedades Locadoras, que sujeitam-se ao disposto no item XIII da Cláusula 6.23., acima), da HMA Participações e/ou da MPG Participações decorrentes de operações financeiras ou no mercado de capitais nacional ou internacional;
- V. inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária, em dívidas dos Fiadores (exceto pelas Sociedades Locadoras, que sujeitam-se ao disposto no item XIV da Cláusula 6.23., acima), da HMA Participações, e/ou da MPG Participações que representem, individualmente ou de forma conjunta, valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme o caso;
- VI. inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária, em dívidas dos Fiadores (exceto pelas Sociedades Locadoras, que sujeitam-se ao disposto no item XV da Cláusula 6.23., acima), da HMA Participações e/ou da MPG Participações, não sanada no prazo de cura previsto nos respectivos instrumentos;
- VII. se, durante a vigência desta Escritura de Emissão (a) qualquer das Sociedades Locadoras dispuser, transferir, ceder ou alienar (ainda que em caráter fiduciário), empenhar ou constituir qualquer outro ônus ou gravame sobre os bens e direitos objeto das Garantias Reais constituídas no âmbito desta Emissão ou qualquer outra forma de disposição, observados os termos e condições a esse respeito previstos nos Contratos de Garantia Real, ou (b) ocorra confisco sobre os bens objeto das Garantias Reais e não haja o respectivo reforço da garantia, nos termos previstos nos Contratos de Garantia Real;
- VIII. descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores ou das Coobrigadas, conforme aplicável, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia Real e/ou demais documentos relacionados às Debêntures, que não seja regularizada (i) para obrigações ou Evento de Vencimento Antecipado com prazo de cura específico, no prazo de cura estabelecido; e (ii) para obrigações ou Evento de Vencimento Antecipado sem prazo de cura específico, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data do descumprimento ou da data de ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado;
- IX. execução contra qualquer das Sociedades Locadoras cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se, em qualquer dos casos, o título ou execução esteja sendo contestado, de boa-fé, por procedimento devidamente instaurado e diligentemente conduzido e a sua execução ou garantias prestadas não recaia sobre bens ou direitos de qualquer das Sociedades Locadoras que constituam Gravames (conforme abaixo definido) não permitidos nesta Escritura de Emissão. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Gravames" significa a constituição ou outorga, por qualquer das Sociedades

26 JAN 16 943813

Locadoras, de qualquer garantia real, cessão ou alienação fiduciária, penhora, arrolamento, arresto, sequestro, penhor, hipoteca, usufruto, arrendamento, vinculação de bens, concessão de privilégio ou preferência ou qualquer outro ônus real, gravame ou direito real de garantia sobre quaisquer de seus respectivos bens ou direitos;

- X. protesto de títulos por cujo pagamento a qualquer das Sociedades Locadoras sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidoras, e cujo valor, individual ou global, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se, no prazo de 10 (dez) dias contados do referido protesto, for validamente comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (c) foi apresentada defesa tempestivamente e foram prestadas as devidas garantias em juízo, observadas as restrições contidas nesta Escritura de Emissão;
- XI. alienação voluntária ou forçada ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores e/ou das Coobrigadas, de ativos integrantes do "não circulante", incluindo participações, direta ou indiretamente detidas por estas ou no capital social de suas controladas, caso (i) o valor, individual ou global, de tais ativos seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto se tal operação for realizada no curso ordinário dos negócios da Emissora, dos Fiadores e/ou das Coobrigadas ou não envolver os veículos alienados fiduciariamente em favor dos Debenturistas (sendo certo que, dentre as atividades previstas no objeto social da Agropecuária Guaicá e, portanto, dentro do curso ordinário de seus negócios, estão a exploração agropecuária e arrendamento de imóveis rurais, bem como a compra, venda, aluguel e administração de imóveis próprios); ou (ii) tal operação possa causar uma Mudança Adversa Relevante (conforme abaixo definido);
- XII. caso a Fiança, por qualquer motivo, venha a deixar de ser válida ou deixe de ser oponível em relação a qualquer dos Fiadores, ou, ainda, caso a Emissora, qualquer dos Fiadores ou quaisquer terceiros tentem praticar ou interpor, ou pratiquem ou interponham, quaisquer atos ou medidas, judiciais ou extrajudiciais, que objetivem anular, questionar, revisar, cancelar, repudiar, suspender ou invalidar a Fiança e/ou quaisquer das obrigações de qualquer dos Fiadores nos termos da presente Escritura de Emissão, conforme o caso;
- XIII. descumprimento do Limite Mínimo Global e/ou de qualquer Fluxo Mínimo, desde que tal descumprimento não seja regularizado nos prazos previstos nos respectivos Contratos de Garantia Real;
- XIV. ocorrência de Mudança Adversa Relevante (conforme abaixo definido) que impossibilite que a qualquer das Sociedades Locadoras honre tempestivamente suas obrigações, pecuniárias ou não, relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura de Emissão e/ou das Garantias;
- XV. não renovação ou o cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais, que sejam exigidas por lei para as Sociedades Locadoras, e cuja não renovação ou cancelamento, revogação ou suspensão resulte ou possa resultar em uma Mudança Adversa Relevante, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de tal não renovação ou cancelamento, revogação ou suspensão, as Sociedades Locadoras, conforme o caso, comprovar a

26 JAN 16 943813

existência de provimento judicial autorizando a regular continuidade das atividades das Sociedades Locadoras, conforme o caso, até a renovação ou a obtenção da referida autorização ou licença;

- XVI. qualquer declaração prestada pela Emissora e/ou Fiadores e/ou Coobrigadas e/ou de qualquer das Sociedades do Grupo Morada nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia Real ou demais documentos relacionados às Debêntures seja incorreta, inverídica ou imprecisa;
- XVII. redução do capital social (e/ou redução de reservas previstas no patrimônio líquido da Emissora e/ou envio de qualquer remuneração aos acionistas, exceto pelo disposto nos itens VIII e IX da Cláusula 6.23, acima) e/ou da HMA Participações e/ou da MPG Participações com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, sem a prévia e expressa autorização de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9ª desta Escritura de Emissão;
- XVIII. inadimplemento de qualquer obrigação, pecuniária, ou declaração de vencimento antecipado, de qualquer instrumento firmado por quaisquer das Sociedades Locadoras e/ou das Sociedades do Grupo Morada, e/ou da HMA Participações, e/ou da MPG Participações com os Debenturistas, independentemente do valor envolvido;
- XIX. caso a Coobrigação, por qualquer motivo, venha a deixar de ser válida ou deixe de ser oponível em relação a qualquer das Coobrigadas, ou, ainda caso a Emissora, qualquer das Coobrigadas ou quaisquer terceiros tentem praticar ou interpor, ou pratiquem ou interponham, quaisquer atos ou medidas, judiciais ou extrajudiciais, que objetivem anular, questionar, revisar, cancelar, repudiar, suspender ou invalidar a Coobrigação e/ou quaisquer das obrigações de qualquer das Coobrigadas nos termos da presente Escritura de Emissão, conforme o caso;
- XX. atuação de qualquer uma das Sociedades Locadoras, em desconformidade com as disposições da Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 e a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act 2010*, conforme aplicável ("Leis Anticorrupção"), apurada por meio de decisão administrativa ou sentença judicial transitada em julgado;
- XXI. (i) contratação de qualquer empréstimo, financiamento ou qualquer outra modalidade de obrigação de cunho financeiro, a partir da Data de Integralização, na qual a Emissora figure como parte concedente, a qualquer dos acionistas controladores diretos ou indiretos, ou controladas, ou coligadas da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) e/ou qualquer outra empresa, figurem como parte tomadora, assim como a celebração de contratos de mútuo pela Emissora ou por seus acionistas, ou (ii) aditamento de empréstimo, financiamento ou qualquer outra modalidade de obrigação de cunho financeiro que a Emissora figure como parte concedente, a qualquer dos acionistas controladores diretos ou indiretos, ou controladas, ou coligadas da Emissora, e/ou qualquer outra empresa, figurem como parte tomadora, assim como o aditamento de contratos de mútuo pela Emissora ou por seus acionistas, exceto se previamente aprovada por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9ª desta Escritura de Emissão;

26 JAN 16 943813

XXII. não observância, pela L'S Rentals, dos índices financeiros definidos abaixo ("Índices Financeiros"). Estes índices serão apurados e calculados pelos auditores independentes da L'S Rentals ao término de cada trimestre do exercício social durante a vigência desta Escritura de Emissão:

- Dívida Líquida / EBITDA não superior a 2,5 vezes em todos os trimestres calculados; e
- Dívida Líquida / Imobilizado inferior ou igual a 1,2 vezes em todos os trimestres calculados.

As aferições serão realizadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou revisadas da L'S Rentals, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, consolidando as demonstrações financeiras da Emissora, da Salute Locação e da Valoriza Locadora, e observando-se os prazos legais para suas respectivas publicações, sendo certo que, a primeira aferição será realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou revisadas da L'S Rentals referente ao trimestre encerrado em 31 de março de 2016;

XXIII. não obtenção pela Emissora de eventuais autorizações (*waivers*) de credores, que sejam consideradas necessárias, em até 60 (sessenta) dias contados da Data de Emissão;

XXIV. questionamento judicial, pela Emissora e/ou qualquer Afiliada, de qualquer disposição constante desta Escritura de Emissão;

XXV. caso as Garantias Reais venham a tornar-se ineficazes, inexecutáveis, e/ou inválidas por superveniência de qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos;

XXVI. caso, a partir da Data de Integralização, a qualquer das Sociedades Locadoras preste aval, fiança ou garantias fidejussórias em garantia a obrigações assumidas pelo grupo econômico da Emissora e/ou para qualquer empresa terceira;

XXVII. ocorrência de qualquer série de operações que resultem em que (i) o(s) atual(is) acionista(s) da HMA Participações e/ou da MPG Participações deixe(m) de ser o(s) detentor(es) do controle acionário, direto ou indireto, e/ou das demais empresas do mesmo grupo econômico da Emissora, sem o prévio consentimento de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão; ou

XXVIII. caso não seja efetuado o registro da alienação fiduciária do Imóvel Cubatão no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da Data de Integralização.

6.24.1 Para os fins desta Escritura de Emissão, os seguintes termos terão os seguintes significados:

"Afiliada" significa, com relação à Emissora, qualquer uma das Sociedades do Grupo Morada, seus Acionistas Controladores, qualquer de suas controladas, coligadas ou pessoas controladas por qualquer de seus controladores;

26 JAN 16 943813

“Dívida Bruta” significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas, de curto e longo prazo, junto a quaisquer pessoas físicas, jurídicas e/ou entidades governamentais, incluindo, mas não limitado a: (a) arrendamentos mercantis; (b) empréstimos e financiamentos com terceiros; (c) emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional; e (d) dívidas tributárias; (e) avais, fianças e garantias fidejussórias prestadas pela Emissora e/ou por Sociedades do Grupo Morada em garantia a obrigações assumidas por terceiros que não pertençam ao grupo econômico da Emissora; e (f) operações de securitização de direitos creditórios conforme registradas ou não no balanço de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

“Dívida Líquida” significa o montante de Dívida Bruta deduzido somatório do saldo das seguintes rubricas presentes nas demonstrações financeiras auditadas ou revisadas da LS Rentals: (i) “Caixa e Equivalentes de Caixa” (registradas no grupo “Ativo Circulante”); (ii) “Aplicações Financeiras” (registradas no grupo “Ativo Circulante”);

“EBITDA” significa, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a soma dos últimos 12 (doze) meses encerrados na data da efetiva medição dos Índices Financeiros acima referidos, das seguintes rubricas financeiras ou revisadas da LS Rentals: (i) lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, outros tributos e contribuições; (ii) despesas de depreciação e amortização; (iii) despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras; e (iv) ganhos ou perdas na alienação de veículos.

Exclusivamente para as medições realizadas com base nas demonstrações financeiras encerradas 31 de março de 2016, 30 de junho de 2016 e 30 de setembro de 2016, consolidadas, auditadas ou revisadas, o cálculo do EBITDA, considerará a soma das seguintes rubricas financeiras: (i) lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, outros tributos e contribuições e despesas extraordinárias limitados ao valor total de R\$1.935.956,25 (um milhão, novecentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos, da Salute Locação; (ii) despesas de depreciação e amortização; (iii) despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras; e (iv) ganhos ou perdas na alienação de veículos.

“Imobilizado” significa, o valor constante na rubrica “Imobilizado” encontradas nas demonstrações financeiras, incluindo, mas não se limitando a: (i) computadores e periféricos, (ii) móveis e utensílios, (iii) veículos, (iv) benfeitorias, (v) imobilizado em andamento e (vi) outros; e

“Mudança Adversa Relevante” significa um efeito prejudicial relevante nas condições econômicas, financeiras e/ou operacionais das Sociedades Locadoras que impossibilite que qualquer das Sociedades Locadoras honre tempestivamente suas obrigações, pecuniárias ou não, relativas às Debêntures e às Garantias, decorrentes desta Escritura de Emissão;

6.24.2 O Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora da convocação de Assembleia Geral de Debenturistas no mínimo 1 (um) Dia Útil antes da data da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas.

26 JAN 16 943813

- 6.24.3 Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.24.2 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, além dos Encargos Moratórios, a menos que Debenturistas, nos termos da Cláusula 9ª desta Escritura de Emissão, tenham optado por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.24.4 Na hipótese de não instalação, em segunda convocação, por falta de *quórum*, da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não efetiva declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.24.5 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso o pagamento referido nesta cláusula seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.
- 6.24.6 As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 6.24.5 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.
- 6.25 *Publicidade*. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", e divulgados no *website* da Emissora (www.lets.com.br). Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo jornal de publicação.
- 6.26 *Comunicações*. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:
- I. para a Emissora:
LET'S RENT A CAR S.A.
Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885
14.808-100 - Araraquara, SP
At.: Felipe Trench / Mario Silva / Aluisio Benini
Telefone: (16) 2108-5607

26 JAN 16 943813

Fax: (16) 2108-5535

Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br / mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br

- II. para o Agente Fiduciário:
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304
Rio de Janeiro - RJ
22.640-102
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: operacional@pentagonotruster.com.br
- III. para o Banco Liquidante e Escriturador:
BANCO BRADESCO S.A.
Núcleo Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara
Cidade de Osasco, Estado de São Paulo
At.: Rosinaldo Batista Gomes, Marcelo Ronaldo Poli e Fábio da Cruz Tomo
Telefone: (11) 3684-9444
Fax: (11) 3684-2714
Correio Eletrônico: 4010.rosinaldo@bradesco.com.br,
4010.mpoli@bradesco.com.br e 4010.tomo@bradesco.com.br
- IV. para a CETIP:
CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663/ 1º andar
01452-001 - São Paulo, SP
At.: Superintendência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1559
Fax: (11) 3111-1564
Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br
- V. para os Fiadores (conforme aplicável):
RODOVIÁRIO MORADA DO SOL LTDA.
Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885
14.808-100 - Araraquara, SP
At.: Felipe Trench / Mario Silva / Aluisio Benini
Telefone: (16) 2108-5607
Fax: (16) 2108-5535
Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /
mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br
- MORADA PARTICIPAÇÕES LTDA.**
Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885
14.808-100 - Araraquara, SP
At.: Felipe Trench / Mario Silva / Aluisio Benini
Telefone: (16) 2108-5607
Fax: (16) 2108-5535
Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /
mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br

26 JAN 16 943813

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - JARACÁ - SP**AGROPECUÁRIA GUAICÁ LTDA.**

Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885

14.808-100 - Araraquara, SP

At.: Felipe Trench / Mario Silva / Aluisio Benini

Telefone: (16) 2108-5607

Fax: (16) 2108-5535

Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br**SÉRGIO SARTI MAGNANI**

Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885

14.808-100 - Araraquara, SP

Telefone: (16) 2108-5607

Fax: (16) 2108-5535

Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br**RENATO SARTI MAGNANI**

Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885

14.808-100 - Araraquara, SP

Telefone: (16) 2108-5607

Fax: (16) 2108-5535

Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br**L'S RENTALS PARTICIPAÇÕES S.A.**

Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885

14.808-100 - Araraquara, SP

At.: Felipe Trench / Mario Silva / Aluisio Benini

Telefone: (16) 2108-5607

Fax: (16) 2108-5535

Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br**SALUTE LOCAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA.**

Avenida Silviano Brandão, 685-B

31.030-525 - Belo Horizonte, MG

At.: Felipe Trench / Mario Silva / Aluisio Benini

Telefone: (16) 2108-5607

Fax: (16) 2108-5535

Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br**VALORIZA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.**

Avenida Presidente Carlos Luz, 468, sala 03

31.230-010 - Belo Horizonte, MG

At.: Felipe Trench / Mario Silva / Aluisio Benini

Telefone: (16) 2108-5607

Fax: (16) 2108-5535

Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br

26 JAN 16 943813

HMA PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida Silviano Brandão, 685, letra A
31.030-525 - Belo Horizonte, MG

At.: Felipe Trench / Mario Silva / Aluisio Benini

Telefone: (16) 2108-5607

Fax: (16) 2108-5535

Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /

mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br

MPG PARTICIPAÇÕES LTDA.

Rua Visconde de Pirajá, 550, sala 1905 (parte)

22.110-002 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Felipe Trench / Mario Silva / Aluisio Benini

Telefone: (16) 2108-5607

Fax: (16) 2108-5535

Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /

mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br

LUIZ OTÁVIO PÔSSAS GONÇALVES

Rua Roberto Alvarenga de Paula, 505

30.210-440 - Belo Horizonte, MG

Telefone: (16) 2108-5607

Fax: (16) 2108-5535

Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /

mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br

JOSÉ FRANCISCO RECODER GONÇALVES

Rua Roberto Alvarenga de Paula, 505

30.210-440 - Belo Horizonte, MG

Telefone: (16) 2108-5607

Fax: (16) 2108-5535

Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /

mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br

VI. para as Coobrigadas (conforme aplicável):

MARIA EUGÊNIA SARTI MAGNANI TAVARES

Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885

14.808-100 - Araraquara, SP

Telefone: (16) 2108-5607

Fax: (16) 2108-5535

Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /

mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br

MARIA TERESA MAGNANI HAGE

Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885

14.808-100 - Araraquara, SP

Telefone: (16) 2108-5607

Fax: (16) 2108-5535

Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /

mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br

26 JAN 16 943813

REGISTRO DE IMÓVEIS
PROT. JAL/PRO-CANTAL-RJ

VII. para as Intervenientes Anuentes:
MARIA DEL CARMEN MOLINA MAGNANI
Av. Marginal Eng. Camilo Dinucci, nº 2885
14.808-100 - Araraquara, SP
Telefone: (16) 2108-5607
Fax: (16) 2108-5535
Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /
mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br

TERESA CRISTINA RECODER GONÇALVES
Rua Roberto Alvarenga de Paula, 505
30.210-440 - Belo Horizonte, MG
Telefone: (16) 2108-5607
Fax: (16) 2108-5535
Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /
mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br

LAURA NEIVA GONÇALVES
Rua Roberto Alvarenga de Paula, 505
30.210-440 - Belo Horizonte, MG
Telefone: (16) 2108-5607
Fax: (16) 2108-5535
Correio Eletrônico: felipe.trench@grupomorada.com.br /
mario.silva@grupomorada.com.br / aluisio.benini@grupomorada.com.br

6.26.1 As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

6.26.2 A *mudança* de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 10 (dez) dias contados da sua ocorrência.

6.26.3 *Eventuais* prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 6.24.2 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

6.27 *Coobrigação*. Sem prejuízo das demais disposições desta Escritura de Emissão, as *Coobrigadas*, neste ato e por este instrumento, assumem, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de coobrigadas e principais pagadoras da totalidade das Obrigações ("*Coobrigação*"), obrigando-se solidariamente, nos termos dos artigos 275 e seguintes do Código Civil, entre si e juntamente com a Emissora e os Fiadores, por todas as Obrigações. As disposições constantes desta cláusula e a responsabilidade solidária assumida pelas Coobrigadas por meio desta Escritura de Emissão são estabelecidas em caráter irrevogável e irretratável, respondendo, assim, as Coobrigadas, em caso de inadimplemento, total ou parcial, da Emissora, solidariamente e como principais pagadoras de todas e quaisquer obrigações pecuniárias assumidas ou que venham a ser

26 JAN 16 943813

assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão.

- 6.27.1 Os valores devidos pelas Coobrigadas em razão das Obrigações serão pagos pelas Coobrigadas em até 2 (dois) Dias Úteis após o recebimento, por qualquer das Coobrigadas, de notificação por escrito do Agente Fiduciário, renunciando as Coobrigadas a quaisquer discussões de mérito, ação, disputa, reclamação ou formalidades adicionais de qualquer natureza que a Emissora e/ou os Fiadores venham a ter ou exercer em relação às suas obrigações. A ausência de envio ou recebimento de tal notificação não eximirá a Emissora, nem as Coobrigadas, nem os Fiadores de suas obrigações sob esta Escritura de Emissão ou sob a Coobrigação, conforme o caso.
- 6.27.2 A Coobrigação assumida pelas Coobrigadas constitui uma promessa de pagamento válida, exequível e incondicional, devendo as Coobrigadas, conforme o caso, cumprir todas as suas obrigações decorrentes da Coobrigação sem oposição de qualquer exceção ou objeção, sendo certo, ainda, que, caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada, por qualquer motivo, ilegal, inválida ou ineficaz, todas as demais disposições aqui contidas permanecerão lícitas, válidas e eficazes em relação às Coobrigadas.
- 6.27.3 Somente após o integral cumprimento das Obrigações, ocorrerá a sub-rogação, pelas Coobrigadas (conforme aplicável), em todos os direitos, ações, privilégios e garantias do credor primitivo, em relação à dívida da Emissora, sendo certo que cada Coobrigada obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após o integral cumprimento das Obrigações.
- 6.27.4 Todo e qualquer pagamento realizado por qualquer das Coobrigadas em relação à Coobrigação aqui prevista será efetuado de forma livre e líquida, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte e será realizado fora do âmbito da CETIP.
- 6.27.5 A Coobrigação obriga as Coobrigadas e seus sucessores, a qualquer título, até a integral liquidação das Debêntures. As Coobrigadas não poderão ceder as obrigações decorrentes da Coobrigação, exceto mediante anuência prévia e expressa de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9ª desta Escritura de Emissão.
- 6.27.6 A presente Coobrigação entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão.
- 6.27.7 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para cobrança da Coobrigação em nome dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda ou renúncia de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Coobrigação ser cobrada e exigida pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, por quantas vezes for necessário até o cumprimento integral das Obrigações.

26 JAN 16 943813

6.27.8 As obrigações das Coobrigadas aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-las de suas obrigações ou afetá-las, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora e/ou dos Fiadores, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA, DOS FIADORES E DAS COOBRIGADAS

7.1 A Emissora está obrigada a:

- I. manter contratada até a Data de Vencimento uma das seguintes empresas de auditoria contábil: PriceWaterhouseCoopers, KPMG Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ou Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes (“Auditores Independentes”);
- II. fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) no prazo de até 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras individuais da Emissora e demonstrações financeiras consolidadas da L'S Rentals auditadas pelos auditores independentes da Emissora e da L'S Rentals, conforme o caso, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor (“Demonstrações Anuais”), sendo que, com relação às (i) Demonstrações Anuais da L'S Rentals referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015; e (ii) *as Demonstrações Trimestrais referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2016, serão apresentadas até 15 de maio de 2016;*
 - (b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras individuais da Emissora e da L'S Rentals relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor e revisadas por um dos Auditores Independentes (“Demonstrações Trimestrais”);
 - (c) juntamente com as Demonstrações Anuais e Demonstrações Trimestrais, a memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final dos Índices Financeiros, devidamente auditados ou revisados, conforme o caso, pelos Auditores Independentes, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e a L'S Rentals, esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, bem como a declaração do Diretor Financeiro ou Diretor Presidente da Emissora e da L'S Rentals na forma do seu Estatuto Social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA
26 JAN 16 943813

inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

- (d) até o dia 31 de maio de cada ano, cópia das declarações de Imposto de Renda dos Fiadores e das Coobrigadas que sejam pessoas naturais;
- (e) todas e quaisquer informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (f) qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa verificar o cumprimento das obrigações nos termos da Escritura de Emissão, bem como quaisquer informações que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário com relação às operações financeiras contratadas pela Emissora ou com relação ao desempenho financeiro da Emissora, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva solicitação;
- (g) dentro de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 6.25 acima;
- (h) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, ou, se ali não previstos, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (i) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto no item (V) a seguir;
- (j) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário, nos prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
- (k) no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da citação, cópia de pedido de falência, insolvência ou recuperação, conforme aplicável, apresentado por terceiros contra si e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas; e
- (l) comunicação escrita sobre a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado da data em que tomar conhecimento de cada evento ou situação;

III. estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;

26 JAN 16 943813

- IV. conforme o caso, convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- V. informar, em até 1 (um) Dia Útil após sua ciência, ao Agente Fiduciário imediatamente a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado bem como quaisquer eventos ou situações que: (a) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta cártula e desta Escritura de Emissão; ou (b) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- VI. cumprir todas as determinações emanadas da CVM e/ou solicitações da CETIP, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- VII. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- VIII. não realizar operações com derivativos com objetivo que não seja de *hedge*;
- IX. manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme as políticas de contratação de seguros da respectiva Sociedade do Grupo Morada;
- X. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário;
- XI. cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- XII. manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Banco Custodiante, o Agente Fiduciário e sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;
- XIII. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário incorridas para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas e do Agente Fiduciário ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão;
- XIV. não constituir quaisquer subsidiárias, nem passar a deter participação, direta ou indiretamente, inclusive por meio das demais Sociedades do Grupo Morada, em qualquer sociedade, sem que tal sociedade formalize sua condição de avalista, fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão (até o limite da participação, direta ou indireta, da Emissora, dos Fiadores e/ou das Coobrigadas na nova sociedade), passando a mesma a integrar a definição de "Fiadores" aqui prevista;

26 JAN 16 943813

- XV. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- XVI. não agir em desconformidade com as disposições das Leis Anticorrupção, bem como das demais leis anticorrupção dos países em que desenvolve suas atividades;
- XVII. adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, treinamento, comunicação, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades para garantir o fiel cumprimento das leis indicadas no item XVI acima por seus funcionários, executivos, diretores, representantes, procuradores e demais partes relacionadas;
- XVIII. não realizar operações com partes relacionadas, exceto aquelas realizadas no curso ordinário dos negócios da Emissora, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- XIX. efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições ou taxas que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- XX. manter verdadeiras, corretas, consistentes e completas, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e informações contidas (a) nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e (b) nos documentos fornecidos pela Emissora, no âmbito da Emissão;
- XXI. não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- XXII. efetuar e fornecer evidência ao Agente Fiduciário de todos os registros, averbações e prenotações necessários, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, nos órgãos competentes, incluindo, mas não se limitando, a JUCESP e competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
- XXIII. envio pela Emissora ao Agente Fiduciário de comprovação das autorizações (*waivers*) de credores, que sejam consideradas necessárias, em até 60 (sessenta) dias contados da Data de Emissão, sob pena de declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos do inciso XXIII da Cláusula 6.24 desta Escritura de Emissão.
- XXIV. informar, em até 1 (um) Dia Útil após sua ciência, ao Agente Fiduciário, da ocorrência de qualquer alteração na composição do quadro de acionistas das Sociedades do Grupo Morada e/ou HMA Participações e/ou MPG Participações ou qualquer venda, cessão ou outra transferência, direta ou indireta, de ações do capital social das Sociedades do Grupo Morada e/ou HMA Participações e/ou MPG Participações em qualquer operação isolada;
- 7.1.1 A Emissora envidará melhores esforços para que as disposições presentes nos incisos VIII, IX, X, XIV, XVI e XVIII da Cláusula 7.1 acima também sejam observadas por suas subsidiárias e demais Sociedades do Grupo Morada.

26 JAN 16 943813

7.2 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de entrega de cópia dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

- I. publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- II. extração de certidões, autenticações, reconhecimento de firmas, despesas registraes e cartoriais;
- III. transporte, viagens, alimentação e estadas, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão;
- IV. despesas com fotocópias, digitalizações e envio de documentos;
- V. custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão;
- VI. despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização; e
- VII. contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas.

7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, não remediado no respectivo prazo de cura, se aplicável, todas as despesas, comprovadas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais, todas elas referentes às ações (i) propostas pelo Agente Fiduciário, (ii) propostas contra o Agente Fiduciário no exercício de suas funções, ou (iii) que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.4 Sem prejuízo das demais obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- I. preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- II. submeter as Demonstrações Anuais a auditoria por auditor registrado na CVM;

26 JAN '6 943813

- III. divulgar em sua página na rede mundial de computadores e enviar à CETIP suas Demonstrações Anuais, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, dentro de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social;
- IV. manter os documentos mencionados no inciso III acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- V. observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- VI. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal fato relevante imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- VII. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

7.5 Adicionalmente ao disposto acima, os Fiadores e as Coobrigadas se obrigam a, durante o prazo de vigência das Debêntures:

- I. informar ao Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- II. notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e/ou nos negócios da Emissora, que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- III. cumprir e fazer com que a Emissora cumpra com todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual a Emissora realize negócios ou possua ativos;
- IV. não agir em desconformidade com as disposições das Leis Anticorrupção, bem como das demais leis anticorrupção dos países em que desenvolve suas atividades;
- V. adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, treinamento, comunicação, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades para garantir o fiel cumprimento das leis indicadas no item IV acima por seus funcionários, executivos, diretores, representantes, procuradores e demais partes relacionadas, conforme aplicável;
- VI. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, para o regular exercício de suas atividades, conforme aplicável;

26 JAN 16 943813

- VII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as suas obrigações aqui e ali previstas;
- VIII. manter livros de registro contábeis adequados, nos quais lançamentos completos e corretos sejam feitos de todas as negociações e operações relativas a seus respectivos negócios e atividades, conforme aplicável;
- IX. manter verdadeiras, corretas, consistentes e completas, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e informações contidas (a) nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e (b) nos documentos fornecidos pelos Fiadores, no âmbito da Emissão;
- X. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as garantias prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- XI. especificamente com relação à L'S Rentals, manter contratada até a Data de Vencimento um dos Auditores Independentes.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Emissora nomeia e constitui, como agente fiduciário da Emissão, a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário que aceita, neste ato, na melhor forma de direito, a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- V. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;

REGISTRO DE DOCUMENTOS
26 JAN 16 943813

- VIII. verificará a regularidade da constituição das Garantias Reais, conforme aplicável, e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- IX. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- X. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real e a cumprir suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- XI. a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia Real e o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- XII. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real constituem obrigações válidas e eficazes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos; e
- XIII. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões das sociedades do grupo econômico da Emissora:
- (i) 1ª Emissão, com vencimento em 11 de abril de 2016, em que foram emitidas 100 (cem) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão são garantidas por garantia fidejussória prestada pelos Fiadores, de alienação fiduciária de determinados imóveis, de alienação fiduciária de determinados veículos registrados no ativo da Emissora e/ou de quaisquer dos garantidores reais, de cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da emissora, bem como por cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade dos garantidores reais, conforme previsto na escritura de emissão;
 - (ii) 2ª Emissão, com vencimento em 20 de março de 2020, em que foram emitidas 6.500 (seis mil e quinhentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão são garantidas por garantia fidejussória prestada pelos Fiadores com exceção da Morada Participações, de alienação fiduciária de determinados veículos registrados no ativo da Emissora e/ou de quaisquer dos garantidores reais, de cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da emissora, bem como por cessão fiduciária de conta corrente em que serão depositados os recursos da emissão, conforme previsto na escritura de emissão;
- 8.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

26 JAN 16 943813

8.3. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

8.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição, que deverá ser providenciada pela Emissora com a maior brevidade possível.

8.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.7. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.8. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP observadas as formalidades previstas nos itens II e VII da Cláusula 2.1 desta Escritura de Emissão.

8.9. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 6.25 acima.

8.10. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

8.11. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

26 JAN 16 943813

8.12. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

I. receberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$20.000,00 (vinte mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes;
- (b) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e desde que tal pagamento não incorra em duplicidade com a parcela anual mencionada;
- (c) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente, , pela variação acumulada do IGP-M ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*;
- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês e multa de 2,0% (dois por cento), ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*; e
- (e) as parcelas citadas na alínea "a" serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.13. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- II. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

26 JAN 16 943813

- IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- V. promover, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição;
- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- VIII. verificar (i) a regularidade da constituição das Garantias Reais, incluindo a verificação do registro dos Contratos de Garantia Real nos competentes cartórios, conforme aplicável; e (ii) o valor dos bens objeto da Garantia Real, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, na forma e de acordo com os limites eventualmente previstos nos instrumentos respectivos;
- IX. intimar a Emissora a reforçar as garantias dadas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- X. solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Justiça do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XII. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 6.25, acima;
- XIII. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações listadas abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar o organograma, todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supracitado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para publicação do relatório conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. O referido organograma do grupo societário deverá

26 JAN 16 943813

conter, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização, repactuação e pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora;
- (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias Reais das Debêntures;
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e
- (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie; (v) prazo de vencimento das debêntures; (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

XV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIV acima até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- (i) na sede da Emissora;

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES
26 JAN 16 943813
REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES
PROJ. JUNDIAI - SP

- (ii) na sede do Agente Fiduciário; e
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder
- XVI. publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora efetua suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item XV, acima.
- XVII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- XIX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações, observado que comunicações de igual teor deverão ser enviadas à CVM e à CETIP; e
- XX. disponibilizar o Valor Nominal Unitário e a Remuneração das Debêntures, calculado pelo Agente Fiduciário em conjunto com a Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou se seu *website*.

8.14. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- II. executar as Garantias Reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- III. requerer a falência da Emissora;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e

26 JAN 16 943813

- V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

8.14.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a IV da Cláusula 8.14 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos Debenturistas detentores das Debêntures em Circulação. Na hipótese prevista no inciso V acima, o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata a Cláusula 8.14 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

9.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

9.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

9.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Agente Fiduciário ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

9.5. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, mais de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

9.6. Para os efeitos de fixação de quórum desta Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas, coligadas ou pessoas controladas por qualquer de seus controladores, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de até terceiro grau ou outras partes relacionadas ("Debêntures em Circulação").

9.7. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos

REGISTRO DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES
510700
26 JAN 16 943813

representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

9.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.9. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA, DOS FIADORES E DAS COOBRIGADAS

10.1 A Emissora neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, as informações abaixo são verdadeiras, corretas e consistentes:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- II. a Emissora tem capacidade jurídica e está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real e a cumprir todas as respectivas obrigações neles previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real, bem como as obrigações respectivamente previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil;
- V. a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia Real, o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam (i) os documentos societários da Emissora; (ii) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Emissora, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou documentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelas Garantias Reais; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (iii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iv) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

26 JAN 16 943813

- VI. tem todas as autorizações e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- VII. cumpre, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, inclusive o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social e estão, assim como suas controladas, obrigadas, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- VIII. as demonstrações financeiras individuais da Emissora relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015 foram revisadas pelos seus auditores independentes, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquela data e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável, refletindo corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, de forma consolidada;
- IX. inexistem (i) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (ii) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar Mudança Adversa Relevante, (iii) qualquer registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto: (a) a inscrição da Escritura de Emissão e da AGE da Emissora na JUCEPAR; e (b) o registro das Debêntures na CETIP;
- X. a Emissora cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia Real, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 4 acima;
- XI. as informações fornecidas pela Emissora aos Investidores Profissionais no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Profissionais uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- XII. não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;

REGISTRO DE INSTRUMENTOS
26 JAN 16 943813

- XIII. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- XIV. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses previstas na Cláusula 6.24.5, foi livremente decidida pela Emissora;
- XV. está familiarizada com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- XVI. os administradores da Emissora têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua emissão;
- XVII. é pessoa sofisticada e tem o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;
- XVIII. decidiu, por sua conta e risco, emitir as Debêntures, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definir o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes às Debêntures, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário, dos Coordenadores e intermediárias contratadas e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário e/ou aos Coordenadores e intermediárias contratadas, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável às Debêntures ou para avaliar a adequação das Debêntures a seus propósitos;
- XIX. as obrigações de pagamento da Emissora nos termos da Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia Real, conforme o caso, não são subordinadas a quaisquer créditos quirografários que venham a ser detidos por qualquer pessoa contra a Emissora, e serão tratadas, pelo menos, em igualdade de condições (*pari passu*) a quaisquer outros créditos com garantia real detidos contra a Emissora (com exceção dos que disponham de privilégios creditórios imperativamente conferidos exclusivamente por lei e não por ato da Emissora e créditos garantidos por outras garantias permitidas nesta Escritura de Emissão);
- XX. não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, inclusive aquelas prestadas nos Contratos de Garantia Real, e não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado;
- XXI. exceto com relação a processos judiciais não provisionados em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil, não possui quaisquer passivos que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos ou contingências decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas ou que possam causar uma Mudança Adversa Relevante; e
- XXII. além da autorização prevista na Cláusula 1.1., acima, inexistente pendência de necessidade de aprovação, autorização ou notificação exigida da Emissora e/ou

REGISTRO DE
26 JAN 16 943813

por seus sócios, controladores diretos ou indiretos, sociedades por ela investidas, sociedades sob controle comum para a realização da Oferta e/ou outorga das Garantias.

10.2 Cada Fiador e Coobrigada neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, as informações abaixo são verdadeiras, corretas e consistentes:

- I. no caso das Sociedades do Grupo Morada, é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- II. tem capacidade jurídica para celebrar esta Escritura de Emissão e cumprir todas as respectivas obrigações aqui previstas;
- III. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes dos Fiadores e das Coobrigadas, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam (i) os documentos societários dos Fiadores (no caso das Sociedades do Grupo Morada); (ii) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios dos Fiadores e das Coobrigadas, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou documentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem dos Fiadores e das Coobrigadas (exceto pelas Garantias Reais, conforme aplicável); ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (iii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que os Fiadores, as Coobrigadas ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iv) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete os Fiadores, as Coobrigadas ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- V. no caso das Sociedades do Grupo Morada, seus representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- VI. no caso das Sociedades do Grupo Morada, suas demonstrações financeiras individuais auditadas relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015 representam corretamente sua posição financeira naquela data e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável, refletindo corretamente seus ativos, passivos e contingências, de forma consolidada;
- VII. inexistem (i) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (ii) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar Mudança Adversa Relevante, (iii) qualquer registro,

26 JAN 16 943813

consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto: (a) a inscrição da Escritura de Emissão e da AGE da Emissora na JUCEPAR; e (b) o registro das Debêntures na CETIP;

- VIII. não omitiu ou omitirá qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- IX. está familiarizado com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- X. no caso das Sociedades do Grupo Morada, excetuados os processos judiciais não provisionados em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil, não possui quaisquer passivos que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos ou contingências decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas ou que possam causar uma Mudança Adversa Relevante;
- XI. decidiu, por sua conta e risco, prestar a Fiança ou assumir a Coobrigação, conforme o caso, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definirem o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes à Fiança ou à Coobrigação, conforme o caso, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário, das instituições coordenadoras da Oferta Restrita e intermediárias contratadas e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário e/ou às instituições coordenadoras da Oferta Restrita e intermediárias contratadas, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável à Fiança ou à Coobrigação, conforme o caso;
- XII. as informações fornecidas pelo respectivo Fiador aos Investidores Profissionais no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Profissionais uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- XIII. é pessoa sofisticada e tem o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;
- XIV. no caso dos Acionistas Controladores, tem ciência dos termos das Debêntures, está familiarizado com seus propósitos e objetivos e aprovou sua emissão, e, no caso das Sociedades do Grupo Morada, seus administradores têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua emissão;
- XXIII. não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, inclusive aquelas prestadas nos Contratos de Garantia Real, e não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado; e

26 JAN 16 943813

XXIV. além das autorizações previstas na Cláusula 1.2., acima, inexistente pendência de necessidade de aprovação, autorização ou notificação exigida das Fiadoras e/ou Coobrigadas e/ou por seus sócios, controladores diretos ou indiretos, sociedades por ela investidas, sociedades sob controle comum para a realização da Oferta e/ou outorga das Garantias.

10.3 A Emissora, os Fiadores e as Coobrigadas se comprometem a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pelas Coobrigadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. RENÚNCIA

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

12.1. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

13. ALTERAÇÕES

13.1. Toda e qualquer alteração da presente Escritura de Emissão somente será válida quando celebrada por escrito e assinada por todas as Partes, e deverá ser igualmente registrada na JUCESP observadas as formalidades previstas nos itens II e VII da Cláusula 2.1 desta Escritura de Emissão.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2ª acima, e obriga as Partes por si e seus sucessores.

14.2 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

26 JAN 16 943813

14.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

14.4. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja (a) qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

14.5. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar qualquer verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. O Agente Fiduciário não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, cuja elaboração permanecerá como obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

14.6. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

14.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

14.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

14.9. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nesta Emissão.

REGISTRO DE TRANSFERÊNCIA
31/01/2016
26 JAN 16 943813

14.10. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

15. LEI APLICÁVEL E FORO

15.1. Esta Escritura de Emissão será regida pelas leis do Brasil.

15.2. As Partes elegem o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como competente para conhecer e dirimir eventuais dúvidas e litígios decorrentes da presente Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 9 (nove) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 18 de janeiro de 2016.

[REstante da página intencionalmente deixado em branco]

DA#9525214 v51

26 JAN 16 943813

Página de Assinaturas 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Let's Rent a Car S.A.

LET'S RENT A CAR S.A.

Nome: Felipe A. P. Trench
CPF: 251.120.508-45
Cargo: GRUPO MORADA
Diretor

Nome: Ricardo Pinca Bernasconi
CPF: 195.107.318-54
Cargo: Let's Rent a Car S. A.
Diretor

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Ana Beatriz Mendes Ribeiro
Cargo: Procuradora

MORADA PARTICIPAÇÕES LTDA.

Nome: Sergio Sarti Magnani
CPF: 105.318.208-23
Cargo: Diretor

Nome: Renato Sarti Magnani
CPF: 081.658.798-12
Cargo: Diretor

RODOVIÁRIO MORADA DO SOL LTDA.

Nome: Sergio Sarti Magnani
CPF: 105.318.208-23
Cargo: Diretor

Nome: Felipe A. P. Trench
CPF: 251.120.508-45
Cargo: GRUPO MORADA
Diretor

AGROPECUÁRIA GUAICÁ LTDA.


Nome: Sergio Sarti Magnani
CPF: 105.318.208-23
Cargo: Diretor

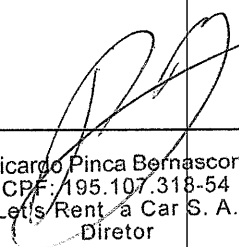
Nome: Renato Sarti Magnani
CPF: 081.658.798-12
Cargo: Diretor

26 JAN 16 943813

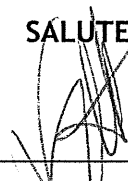
Página de Assinaturas 2/4 do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Let's Rent a Car S.A.

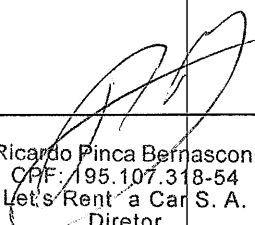
L'S RENTALS PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: 
Cargo: Felipe A. P. Trench
CPF: 251.120.508-45
GRUPO MORADA
Diretor

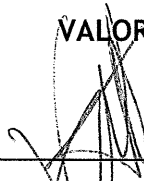
Nome: 
Cargo: Ricardo Pinca Bernasconi
CPF: 195.107.318-54
Let's Rent a Car S. A.
Diretor

SALUTE LOCAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Nome: 
Cargo: Felipe A. P. Trench
CPF: 251.120.508-45
GRUPO MORADA
Diretor

Nome: 
Cargo: Ricardo Pinca Bernasconi
CPF: 195.107.318-54
Let's Rent a Car S. A.
Diretor

VALORIZA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.

Nome: 
Cargo: Felipe A. P. Trench
CPF: 251.120.508-45
GRUPO MORADA
Diretor

Nome: 
Cargo: Ricardo Pinca Bernasconi
CPF: 195.107.318-54
Let's Rent a Car S. A.
Diretor

26 JAN 16 943813

Página de Assinaturas 3/4 do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Let's Rent a Car S.A.

SÉRGIO SARTI MAGNANI**RENATO SARTI MAGNANI****MARIA EUGÊNIA SARTI MAGNANI TAVARES****MARIA TERESA MAGNANI HAGE****MARIA DEL CARMEN MOLINA MAGNANI****SÉRGIO SARTI MAGNANI**
CPF: 105.318.208-23
Procurador

26 JAN 16 943813

Página de Assinaturas 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Let's Rent a Car S.A.

MPG PARTICIPAÇÕES LTDA.

Nome: **LUIZ OTÁVIO POSSAS GONÇALVES**
Cargo: C.P.F.: 000.659.436-00

HMA PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: **MARCELO ABRAS**
Cargo: C.P.F.: 495.199.216-72

LUIZ OTÁVIO POSSAS GONÇALVES**JOSÉ FRANCISCO RECODER GONÇALVES**

LUIZ OTÁVIO POSSAS GONÇALVES
C.P.F.: 000.659.436-00

TERESA CRISTINA RECODER GONÇALVES

LUIZ OTÁVIO POSSAS GONÇALVES
C.P.F.: 000.659.436-00

LAURA NEIVA GONÇALVES

LUIZ OTÁVIO POSSAS GONÇALVES
C.P.F.: 000.659.436-00

TESTEMUNHAS:

Nome: **ALUISIO BENINI**
Cargo: C.P.F.: 285.800.838-85

Nome: **MARIO SILVA**
Cargo: C.P.F.: 215.369.638-01



5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Durval Hale - Oficial
Av. Rio Branco, 109 - sala 202 - Rio de Janeiro - Fone: (21) 2507-5197

Registrado, digitalizado e microfilmado sob o
número de Protocolo 9438/13 em 26/01/2016
O QUE CERTIFICO.

Fabiano Alves Barbosa
3º Escrevente Substituto-CTPS 013782 - Série 081

Selo de fiscalização: EBHL16254 GAF
Consulte a validade do selo em: <https://www3.tjrj.jus.br/sitrepublico>

ANEXO I — DEFINIÇÕES

Palavra ou expressão	Definição
<u>"1ª Emissão"</u>	conforme definida na Cláusula 4.1.
<u>"2ª Emissão"</u>	conforme definida na Cláusula 4.1.
<u>"Acionistas Controladores"</u>	conforme definidos no preâmbulo.
<u>"Aditamento para Convolação"</u>	conforme definido no item (III) da Cláusula 6.7.3.
<u>"Afilhada"</u>	conforme definida na Cláusula 6.24.1.
<u>"AGE da Emissão"</u>	conforme definida na Cláusula 1.1.
<u>"Agente Fiduciário"</u>	conforme definido no preâmbulo.
<u>"Agropecuária Guaicá"</u>	conforme definida no preâmbulo.
<u>"ANBIMA"</u>	conforme definida no item IV da Cláusula 2.1.
<u>"Assembleia Geral de Debenturistas"</u>	conforme definida na Cláusula 9.1.
<u>"Atos Societários da Garantia Fidejussória"</u>	conforme definidos na Cláusula 1.2
<u>"Auditores Independentes"</u>	conforme definidos no item I da Cláusula 7.1.
<u>"Banco Custodiante"</u>	conforme definido na Cláusula 4.2.
<u>"Banco Liquidante"</u>	conforme definido na Cláusula 5.6.
<u>"CDB"</u>	conforme definido na alínea (c) do item IV da Cláusula 6.7.
<u>"CETIP"</u>	conforme definida no item III da Cláusula 2.1.
<u>"CETIP21"</u>	conforme definida no item III da Cláusula 2.1.
<u>"Clientes"</u>	conforme definidos na alínea (a) do item IV da Cláusula 6.7.
<u>"CNPJ/MF"</u>	conforme definido no preâmbulo.

REGISTRADO EM 26/01/2016
26 JAN 16 943813

"Código Civil"

conforme definido na Cláusula 6.8.

"Código de Processo Civil"

conforme definido na Cláusula 6.8.3.

"Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado"

conforme definida no item I da Cláusula 6.16.

"Condição Suspensiva n. 1"

conforme definida no item I da Cláusula 6.7.2.

"Condição Suspensiva n. 2"

conforme definida no item II da Cláusula 6.7.2.

"Condições Suspensivas"

conforme definidas no item II da Cláusula 6.7.2.

"Conta Vinculada 1"

conforme definida na Cláusula 4.2.

"Conta Vinculada 2"

conforme definida no item IV da Cláusula 6.7.

"Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos"

conforme definido no item III da Cláusula 6.7.

"Contrato de Cessão Fiduciária"

conforme definido no item IV da Cláusula 6.7.

"Contrato de Distribuição"

conforme definido na Cláusula 5.5.1.

"Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis"

conforme definidos no item I da Cláusula 6.7.

"Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel sob Condição Suspensiva"

conforme definidos no item II da Cláusula 6.7.

"Contratos de Garantia Real"

conforme definidos no item IV da Cláusula 6.7.

"Coobrigação"

conforme definida na Cláusula 6.27.

"Coobrigadas"

conforme definidas no preâmbulo.

"Coordenador Líder"

conforme definido na Cláusula 5.5.

"Coordenadores"

conforme definidos na Cláusula 5.5.

26 JAN 16 94.3813

SENTELA DE JACAREMAGU
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

<u>“CPF/MF”</u>	conforme definido no preâmbulo.
<u>“CVM”</u>	conforme definida na Cláusula 1.1.
<u>“Data de Amortização”</u>	conforme definida na Cláusula 6.10.
<u>“Data de Emissão”</u>	conforme definida na Cláusula 6.1.
<u>“Data de Integralização”</u>	conforme definida na Cláusula 6.14
<u>“Data de Pagamento da Remuneração”</u>	conforme definida na Cláusula 6.12.
<u>“Data de Vencimento”</u>	conforme definida na Cláusula 6.6.
<u>“Debêntures”</u>	conforme definidas na Cláusula 1.1.
<u>“Debêntures em Circulação”</u>	conforme definidas na Cláusula 9.6.
<u>“Debenturista”</u> ou <u>“Debenturistas”</u>	conforme definido no preâmbulo.
<u>“Demonstrações Anuais”</u>	conforme definidas no item II da Cláusula 7.1.
<u>“Demonstrações Trimestrais”</u>	conforme definidas no item II da Cláusula 7.1.
<u>“Direitos Creditórios”</u>	conforme definidos na alínea (a) do item IV da Cláusula 6.7.
<u>“Dia(s) Útil(eis)”</u>	conforme definido na Cláusula 6.11.6
<u>“Dívida Bruta”</u>	conforme definida na Cláusula 6.24.1.
<u>“Dívida Líquida”</u>	conforme definida na Cláusula 6.24.1.
<u>“EBITDA”</u>	conforme definido na Cláusula 6.24.1.
<u>“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”</u>	conforme definido no item I da Cláusula 6.16.
<u>“Emissão”</u>	conforme definida na Cláusula 1.1.
<u>“Emissões Anteriores”</u>	conforme definidas na Cláusula 4.1.
<u>“Emissora”</u>	conforme definida no preâmbulo.

26 JAN 16

943813

REGISTRO DE TRANSFERÊNCIAS DE BENS
39.012/01

“Encargos
Moratórios”

conforme definidos na Cláusula 6.18.

“Escritura de
Emissão”

conforme definida no preâmbulo.

“Escriturador”

conforme definido na Cláusula 5.6.

“Evento(s) de
Vencimento
Antecipado”

conforme definido na Cláusula 6.24.

“Evento de
Vencimento
Antecipado
Automático”

conforme definido na Cláusula 6.23.

“Evento de
Vencimento
Antecipado Não
Automático”

conforme definido na Cláusula 6.24.

“Fiadores”

conforme definidos no preâmbulo.

“Fiança”

conforme definida na Cláusula 6.8.

“Fluxo Mínimo”

conforme definido no item IV da Cláusula 6.7.

“Fluxo-Clientes”

conforme definido no item IV da Cláusula 6.7.

“Fluxo-Conta”

conforme definido no item IV da Cláusula 6.7.

“Garantias”

conforme definidas na Cláusula 6.8.

“Garantias Reais”

conforme definidas na Cláusula 6.7.

“Gravames”

conforme definidos no item VII da Cláusula 6.24.

“HMA Participações”

conforme definida no preâmbulo.

“Imobilizado”

conforme definido na Cláusula 6.24.1.

“Imóveis”

conforme definidos no item II da Cláusula 6.7.

“Imóvel Cubatão”

conforme definido no item II da Cláusula 6.7.

“Índices
Financeiros”

conforme definidos no item XXII da Cláusula 6.24.

“Instrução CVM 28”

conforme definida no item I da Cláusula 8.1.

“Instrução CVM 358”

conforme definida no item V da Cláusula 7.4.

“Instrução CVM 476”

conforme definida na Cláusula 1.1.

26 JAN 16 943813

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO"Instrução CVM 539"

conforme definida no item I da Cláusula 5.5.6.

"Investidores Profissionais"

conforme definidos no item I da Cláusula 5.5.8.

"Investidores Qualificados"

conforme definidos no item I da Cláusula 5.5.8.

"José Francisco"

conforme definido no preâmbulo.

"JUCESP"

conforme definida no preâmbulo.

"Laura"

conforme definida no preâmbulo.

"Leis Anticorrupção"

conforme definidas no item XX da Cláusula 6.24.

"Lei das Sociedades por Ações"

conforme definida na Cláusula 1.1.

"Limite Mínimo Global"

conforme definido na Cláusula 6.7.1.

"Luiz Otávio"

conforme definido no preâmbulo.

"L'S Rentals"

conforme definida no preâmbulo.

"Maria Del Carmen"

conforme definida no preâmbulo.

"Maria Eugênia"

conforme definida no preâmbulo.

"Maria Teresa"

conforme definida no preâmbulo.

"Montante Mínimo"

conforme definido na Cláusula 5.5.3.

"Morada Participações"

conforme definida no preâmbulo.

"MPG Participações"

conforme definida no preâmbulo.

"Mudança Adversa Relevante"

conforme definida na Cláusula 6.24.1.

"Obrigações"

conforme definidas na Cláusula 6.7.

"Oferta de Resgate Antecipado"

conforme definida na Cláusula 6.16.

"Oferta Restrita"

conforme definida na Cláusula 1.1.

"Parte" ou "Partes"

conforme definida no preâmbulo.

"Período de Capitalização"

conforme definido na Cláusula 6.11.2.

26 JAN 16 943813

REGISTRO DE TRANSFERÊNCIA DE BENS
5º OFÍCIO“Preço de
Subscrição”

conforme definido na Cláusula 6.14.

“Prêmio de
Resgate”

conforme definido no item III da Cláusula 6.16.

“Remuneração”

conforme definida na Cláusula 6.11.

“Renato”

conforme definido no preâmbulo.

“Resgate da 1ª
Emissão”

conforme definido na Cláusula 4.1.

“Resgate da 2ª
Emissão”

conforme definido na Cláusula 4.1.

“Rodoviário Morada”

conforme definida no preâmbulo.

“Salute Locação”

conforme definida no preâmbulo.

“Sérgio”

conforme definido no preâmbulo.

“Sociedades do
Grupo Morada”

conforme definidas no preâmbulo.

“Sociedades
Locadoras”

conforme definidas no preâmbulo.

“Taxa DI”

conforme definida na Cláusula 6.11.

“Teresa Cristina”

conforme definida no preâmbulo.

“Termo de
Liberação de
Garantias”

conforme definido na Cláusula 6.7.2.1

“Termo de
Quitação”

conforme definido na Cláusula 6.7.2.1

“Valor Nominal
Unitário”

conforme definido na Cláusula 6.2.

“Valor Total da
Emissão”

conforme definido na Cláusula 5.2.

“Valoriza Locadora”

conforme definida no preâmbulo.

“Veículos”

conforme definidos no item III da Cláusula 6.7.

“Veículos Livres”

conforme definidos na Cláusula 6.7.1.

26 JAN 16 943813

ANEXO II — CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO

PARCELA	DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO	
1ª	15/03/2016	2,7777%	
2ª	15/04/2016	2,7777%	
3ª	15/05/2016	2,7777%	
4ª	15/06/2016	2,7777%	
5ª	15/07/2016	2,7777%	
6ª	15/08/2016	2,7777%	
7ª	15/09/2016	2,7777%	
8ª	15/10/2016	2,7777%	
9ª	15/11/2016	2,7777%	
10ª	15/12/2016	2,7777%	
11ª	15/01/2017	2,7777%	
12ª	15/02/2017	2,7777%	
13ª	15/03/2017	2,7777%	
14ª	15/04/2017	2,7777%	
15ª	15/05/2017	2,7777%	
16ª	15/06/2017	2,7777%	
17ª	15/07/2017	2,7777%	
18ª	15/08/2017	2,7777%	
19ª	15/09/2017	2,7777%	
20ª	15/10/2017	2,7777%	
21ª	15/11/2017	2,7777%	
22ª	15/12/2017	2,7777%	
23ª	15/01/2018	2,7777%	
24ª	15/02/2018	2,7777%	
25ª	15/03/2018	2,7777%	
26ª	15/04/2018	2,7777%	
27ª	15/05/2018	2,7777%	
28ª	15/06/2018	2,7777%	
29ª	15/07/2018	2,7777%	
30ª	15/08/2018	2,7777%	
31ª	15/09/2018	2,7777%	
32ª	15/10/2018	2,7777%	
33ª	15/11/2018	2,7777%	
34ª	15/12/2018	2,7777%	
35ª	15/01/2019	2,7777%	
36ª	15/02/2019	Saldo do Valor Nominal Unitário	

* * *

26 JAN 16 94.3813

ANEXO III — MINUTA DO 1º ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA LET'S RENT A CAR S.A.

entre

LET'S RENT A CAR S.A.
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

e, na qualidade de fiadores,

RODOVIÁRIO MORADA DO SOL LTDA.
MORADA PARTICIPAÇÕES LTDA.
AGROPECUÁRIA GUAICÁ LTDA.
SÉRGIO SARTI MAGNANI
RENATO SARTI MAGNANI
L'S RENTALS PARTICIPAÇÕES S.A.
SALUTE LOCAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA.
VALORIZA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.
HMA PARTICIPAÇÕES S.A.
MPG PARTICIPAÇÕES LTDA.
LUIZ OTÁVIO PÔSSAS GONÇALVES
JOSÉ FRANCISCO RECODER GONÇALVES

e, na qualidade de coobrigadas,

MARIA EUGÊNIA SARTI MAGNANI TAVARES
MARIA TERESA MAGNANI HAGE

e, na qualidade de intervenientes anuentes,
MARIA DEL CARMEN MOLINA MAGNANI
TERESA CRISTINA RECODER GONÇALVES
LAURA NEIVA GONÇALVES

Datado de
[•] de [•] de 2016

26 JAN 16 943813

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA LET'S RENT A CAR S.A.

Pelo presente instrumento particular, na qualidade de emissora,

LET'S RENT A CAR S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 00.873.894/0001-24, inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE 35.300.456.319, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Emissora").

Na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento, na qualidade de agente fiduciário da Emissão e nela interveniente ("Agente Fiduciário", em conjunto com a Emissora, "Partes"), representando os Debenturistas da Emissão.

Na qualidade de fiadores (em conjunto, "Fiadores"),

RODOVIÁRIO MORADA DO SOL LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, Bairro Jardim Arco Íris, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.954.460/0001-61, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Rodoviário Morada");

MORADA PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.311.221/0001-

26 JAN 16 943813

02, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Morada Participações");

AGROPECUÁRIA GUAICÁ LTDA., sociedade limitada, com sede na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2885, Parte, Bairro Jardim Arco Íris, na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.123.422/0001-54, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Agropecuária Guaicá" e, em conjunto com Rodoviário Morada, e com a Morada Participações "Sociedades do Grupo Morada");

SÉRGIO SARTI MAGNANI, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens com Maria del Carmen Molina Magnani, zootecnista, portador da carteira de identidade nº 9.346.490-3, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 105.318.208-23, com endereço comercial na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris ("Sérgio");

RENATO SARTI MAGNANI, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 9.149.865-X, inscrito no CPF/MF sob o nº 081.658.798-12, com endereço comercial na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris ("Renato");

L'S RENTALS PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, parte, Bairro Jardim Arco Íris, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.613.758/0001-09, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("L'S Rentals");

SALUTE LOCAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Silviano Brandão, nº 685-B, Bairro Sagrada Família, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.466.147/0001-95, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Salute Locação");

VALORIZA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Presidente Carlos Luz, nº 468, sala 03, Bairro Caiçaras, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.163.020/0001-05, neste ato

26 JAN 16 943813

representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Valoriza Locadora") e, em conjunto com L'S Rentals, a Salute Locação e a Emissora, "Sociedades Locadoras";

HMA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Silviano Brandão, nº 685, letra A, Bairro Sagrada Família, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.730.053/0001-09, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("HMA Participações");

MPG PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 550, sala 1905 (parte), Ipanema, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.705.405/0001-86, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("MPG Participações");

LUIZ OTÁVIO PÔSSAS GONÇALVES, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens com Teresa Cristina Recoder Gonçalves, empresário, portador da carteira de identidade nº M-192.899, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.659.436-00, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Roberto Alvarenga de Paula, nº 505, Bairro Mangabeiras ("Luiz Otávio"); e

JOSÉ FRANCISCO RECODER GONÇALVES, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com Laura Neiva Gonçalves, empresário, portador da carteira de identidade nº M-6.592.667, inscrito no CPF/MF sob o nº 907.531.516-34, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Elza Brandão Rodarte, nº 416, apartamento 1.600, Bairro Belvedere ("José Francisco").

Na qualidade de coobrigadas (em conjunto "Coobrigadas"),

MARIA EUGÊNIA SARTI MAGNANI TAVARES, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade nº 7.488.377-X, inscrita no CPF/MF sob o nº 034.768.148-40, com endereço comercial na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris ("Maria Eugênia"); e

MARIA TERESA MAGNANI HAGE, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade nº 7.488.372-0, inscrita no CPF/MF sob o nº 041.893.438-03, com endereço comercial na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris ("Maria Teresa") e, em conjunto com Sérgio, Renato e Maria Eugênia, "Acionistas Controladores".

26 JAN 16 943813

REGISTRO DE IMÓVEIS
RIO DE JANEIRO - RJ

E, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes,

MARIA DEL CARMEN MOLINA MAGNANI, brasileira, casada em regime de comunhão parcial com Sérgio Sarti Magnani, empresária, portadora da carteira de identidade nº 8.545.222-1, inscrita no CPF/MF sob o nº 145.520.018-25, com endereço comercial na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, Bairro Jardim Arco Íris ("Maria Del Carmen");

TERESA CRISTINA RECODER GONÇALVES, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens com Luiz Otávio, portadora da carteira de identidade nº MG-222.659, inscrita no CPF/MF sob o nº 943.438.886-49, residente e domiciliada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Roberto Alvarenga de Paula, nº 505, Bairro Mangabeiras ("Teresa Cristina"); e

LAURA NEIVA GONÇALVES, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens com José Francisco, portadora da carteira de identidade nº MG-5.389.870, inscrita no CPF/MF sob o nº 033.421.376-22, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Elza Brandão Rodarte, nº 416, apartamento 1.600, Bairro Belvedere ("Laura"),

(a Emissora, o Agente Fiduciário, os Fiadores e as Coobrigadas doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte")

CONSIDERANDO QUE:

- (a) a Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 28 de dezembro de 2015 ("AGE") aprovou as condições da 3ª (terceira) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação, da Emissora, conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");
- (b) em 18 de janeiro de 2016 foi celebrado, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, o "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com garantias Adicionais Real e Fidejussória, a ser convolada em Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Let's Rent a Car S.A." ("Escritura de Emissão");

26 JAN 16 943813

REGISTRO DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES

- (c) foram emitidas [•] ([•]) Debêntures, sendo que [•] ([•]) Debêntures foram efetivamente colocadas e, portanto [•] ([•]) Debêntures foram canceladas;
- (d) as Condições Suspensivas descritas na cláusula 6.7.2. da Escritura de Emissão foram devidamente atendidas, nos termos e condições ali indicados;
- (e) as Partes pretendem alterar determinados itens da Escritura de Emissão; e
- (f) os termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste “*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Let's Rent a Car S.A.*” (“Primeiro Aditamento”) que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

RESOLVEM as Partes, na melhor forma de direito, celebrar este Primeiro Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DA AUTORIZAÇÃO

1.1. Este Primeiro Aditamento é celebrado de acordo com (i) a autorização da AGE da Emissora, na qual foram deliberados e aprovados os termos e condições da Emissão e das Debêntures, bem como autorizada a Diretoria da Emissora a negociar, firmar os termos e celebrar todos os instrumentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta Restrita, bem como (ii) com o disposto na cláusula 6.7.4. da Escritura de Emissão.

2. DO ADITAMENTO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.1. Por meio deste Primeiro Aditamento, resolvem as Partes (1) alterar as Cláusulas 5.3, 6.4, 6.7 (I), 6.7. (II), 6.7 (III), 6.7 (IV), 6.7 (IV) (b), 6.7.1, 6.7.1.1 e (2) excluir as Cláusulas, 6.7.1.2., 6.7.2, 6.7.2.1, 6.7.2.2, 6.7.3 e 6.7.4., bem como os termos definidos constantes das Cláusulas alteradas e/ou excluídas da Escritura de Emissão e respectivos anexos, quando aplicável, para a convolação das garantias, bem como ratificação das características da Emissão. As Cláusulas supracitadas passarão a vigor com a seguinte redação:

“5.3 Quantidade. Foram emitidas [•] ([•]) Debêntures, sendo que [•] ([•])

REGISTRO DE IMÓVEIS
PROFICIO 1XW
26 JAN 16 943813

Debêntures foram efetivamente colocadas e, portanto [•] ([•]) Debêntures foram canceladas, conforme o disposto na Cláusula 5.5.4, abaixo";

"6.4 Espécie. As Debêntures são da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional.";

"6.7 Garantias Reais. A Emissora e as demais Sociedades do Grupo Morada constituíram, conforme o caso, de forma irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, as garantias reais descritas a seguir, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos instrumentos que formalizam as garantias aqui descritas, que compreendem a dívida principal, juros e todos os seus acessórios, aqui e ali previstos, inclusive, sem limitação, o quanto segue (ficando desde já estabelecido que, para os fins aqui previstos, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação): (i) saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, (ii) a Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Integralização, ou Data de Pagamento da Remuneração (abaixo definida) imediatamente anterior; (iii) multa convencional e quaisquer outros acréscimos; (iv) eventuais despesas efetuadas pelo Agente Fiduciário, bem como a remuneração deste; e (v) os encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, indenizações, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas, ou pelos próprios Debenturistas, independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber ("Obrigações") (em conjunto, "Garantias Reais"):

I. Alienação fiduciária de imóveis: alienação fiduciária dos seguintes imóveis, todos de propriedade da Agropecuária Guaicá:

(a) imóvel objeto da matrícula nº 8.232, complementada pela matrícula de nº 1.762 do Registro de Imóveis de Caçu, Estado de Goiás, com valor de liquidação forçada correspondente à, no mínimo, R\$8.448.798,00 (oito milhões e quatrocentos e quarenta e oito mil e setecentos e noventa e oito reais), conforme laudo de avaliação constante do respectivo instrumento de Garantia Real;

(b) imóvel objeto da matrícula nº 38.200, complementada pela matrícula de nº 18.249, do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Araraquara, Estado de São Paulo, com valor de liquidação forçada correspondente à, no mínimo, R\$5.963.000,00 (cinco milhões e novecentos e sessenta e três mil reais), conforme laudo de avaliação constante do respectivo instrumento de Garantia Real;

DA#9525214 v51

26 JAN 16 943813

(c) imóvel objeto da matrícula nº 82.685 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Araraquara, Estado de São Paulo, com valor de liquidação forçada correspondente à, no mínimo, R\$4.986.000,00 (quatro milhões e novecentos e oitenta e seis mil reais), conforme laudo de avaliação constante do respectivo instrumento de Garantia Real;

(d) imóvel objeto da matrícula nº 96.371 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Araraquara, Estado de São Paulo, com valor de liquidação forçada correspondente à, no mínimo, R\$4.513.000,00 (quatro milhões e quinhentos e treze mil reais), conforme laudo de avaliação constante do respectivo instrumento de Garantia Real;

(e) imóvel objeto da matrícula 1.125 do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Cubatão, Estado de São Paulo, de propriedade da Agropecuária Guaicá, com valor de liquidação forçada correspondente à, no mínimo, R\$13.984.000,00 (treze milhões, novecentos e oitenta e quatro mil reais) ("Imóveis" e em conjunto com os demais instrumentos de Garantia Real, "Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis");

II. Alienação fiduciária de veículos: alienação fiduciária de veículos de propriedade das Sociedades Locadoras ("Veículos"), nos termos e condições a serem descritos no respectivo instrumento de constituição de garantia real ("Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos");

III. Cessão Fiduciária: conforme prevista no respectivo instrumento de constituição de garantia real, cessão fiduciária incidente sobre os seguintes bens e direitos ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, em conjunto com os Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis, e o Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos, "Contratos de Garantia Real");

(...)

(b) a totalidade dos recursos existentes, recebidos e que vierem a ser recebidos, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, na Conta Vinculada 2, em que (I) deverá ser mantido o fluxo mínimo mensal de R\$2.250.000,00 (dois milhões duzentos e cinquenta mil reais), excluído deste fluxo mínimo o Fluxo-Clientes ("Fluxo-Conta", e em conjunto com o Fluxo-Clientes, "Fluxo Mínimo"), sendo certo que a somatória do Fluxo-Clientes e do Fluxo-Conta deverá resultar em, no mínimo, R\$3.000.000,00 (três milhões de reais mensais), e (II) deverão ser depositados os Direitos Creditórios, nos termos e condições descritos no Contrato de Cessão Fiduciária; e"

26 JAN 16 943813

REGISTRO DE VEÍCULOS
RIO DE JANEIRO - RJ

(...)

"6.7.1 Observados os termos e condições estabelecidos nos Contratos de Garantia Real, a soma do: (i) valor de venda dos Veículos listados no Anexo II do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos, os quais encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames ("Veículos Livres") alienados fiduciariamente em garantia das Debêntures, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos; (ii) valor de liquidação forçada dos Imóveis, conforme indicado nos respectivos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis; e (iii) valor depositado na Conta Vinculada 1, o qual deverá ser aplicado na forma prevista no Contrato de Cessão Fiduciária e deverá corresponder a, pelo menos, 100% (cem por cento) do montante das Obrigações ("Limite Mínimo Global");"

"6.7.1.1 Durante o prazo de vigência das Debêntures, o Limite Mínimo Global deverá ser composto, no mínimo, por:

- (1) Imóveis, em valor equivalente a R\$37.894.798,00 (trinta e sete milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, setecentos e noventa e oito reais), considerando, para o cálculo, o valor somado de liquidação forçada dos Imóveis, conforme laudos de avaliação elaborados por determinadas empresas avaliadoras e anexados aos respectivos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis; e
- (2) Veículos Livres e/ou aplicações financeiras de liquidação imediata na Conta Vinculada 1 (cash collateral), em valor equivalente ao restante que for necessário para se atingir o Limite Mínimo Global.

2.2. A Escritura de Emissão consolidada, refletindo as alterações deliberadas neste Primeiro Aditamento, terá a redação trazida no Anexo I a este Primeiro Aditamento.

3. DO REGISTRO DO ADITAMENTO

3.1. Este Primeiro Aditamento, bem como as posteriores alterações na Escritura de Emissão, serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

26 JAN 16 943813

REGISTRO DE IMÓVEIS
E OFÍCIO**4. DA RATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO**

4.1. As Partes ratificam, neste ato, todos os termos, cláusulas e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, que não tenham sido expressamente alterados por este Primeiro Aditamento.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Este Primeiro Aditamento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se a Emissora e o Agente Fiduciário ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

5.2. Este Primeiro Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

5.3. Este Primeiro Aditamento constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações aqui encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

5.4. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Primeiro Aditamento.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Primeiro Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário, em 9 (nove) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [•] de [•] de 2016

[restante da página intencionalmente deixado em branco]

26 JAN 16 943813

Página de Assinaturas 1/4 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Let's Rent a Car S.A.

LET'S RENT A CAR S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:
Cargo:

MORADA PARTICIPAÇÕES LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

RODOVIÁRIO MORADA DO SOL LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

AGROPECUÁRIA GUAICÁ LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

26 JAN 16 943813

Página de Assinaturas 2/4 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Let's Rent a Car S.A.

L'S RENTALS PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

SALUTE LOCAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

VALORIZA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

26 JAN 16 943813

Página de Assinaturas 3/4 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Let's Rent a Car S.A.

SÉRGIO SARTI MAGNANI

RENATO SARTI MAGNANI

MARIA EUGÊNIA SARTI MAGNANI TAVARES

MARIA TERESA MAGNANI HAGE

MARIA DEL CARMEN MOLINA MAGNANI

26 JAN 16 943813

Página de Assinaturas 4/4 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Let's Rent a Car S.A.

MPG PARTICIPAÇÕES LTDA._____
Nome:

Cargo:

HMA PARTICIPAÇÕES S.A._____
Nome:

Cargo:

LUIZ OTÁVIO PÔSSAS GONÇALVES_____
JOSÉ FRANCISCO RECODER GONÇALVES_____
TERESA CRISTINA RECODER GONÇALVES_____
LAURA NEIVA GONÇALVES**TESTEMUNHAS:**_____
Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

26 JAN 16 943813

ANEXO I
[ESCRITURA DE EMISSÃO CONSOLIDADA]REGISTRO DE EMISSÃO DE TÍTULOS
BANCA DE CARTEIRA CAPITAL-RJ

26 JAN 16 943813

ANEXO IV-A — MODELO DO TERMO DE LIBERAÇÃO DE GARANTIAS

TERMO DE LIBERAÇÃO

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade agente fiduciário da 1ª emissão de debêntures da LET'S RENT A CAR S.A. ("Emissão" e "Emissora", respectivamente), sociedade anônima com sede na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, à Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, CEP 14.808-100, inscrita no CPNJ/MF sob o nº 00.873.894/0001-24, autoriza a liberação da garantia constituída através do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças Nº CSBRA20131200302, celebrado em 23 de dezembro de 2013, sobre o imóvel matriculado sob o nº 1.125, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Cubatão, Estado de São Paulo, no âmbito da Emissão.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de 2016.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

26 JAN 16 943813

ANEXO IV-B — MODELO DO TERMO DE QUITAÇÃO

TERMO DE QUITAÇÃO

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade agente fiduciário da [1ª / 2ª] emissão de debêntures da LET'S RENT A CAR S.A. ("Emissão"), sociedade anônima com sede na Cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, à Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, nº 2.885, sala 01, CEP 14.808-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.873.894/0001-24 ("Emissora"), declara que a Emissora quitou os valores referentes à Emissão, sendo autorizada, portanto, a liberação das garantias constituídas no âmbito da Emissão.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de 2016.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS